



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 079

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE OUTUBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Ato da Presidência:**ATO DO PRESIDENTE Nº 11/2003**

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

Constituído o Bloco Parlamentar Municipalista da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, composto por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela mesa e aprovado em 02 de setembro de 2003, de autoria do senhor deputado Jocelito Canto, que deverá atuar em defesa dos municípios paranaenses, com trabalhos até o final da presente legislatura.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE OUTUBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Conforme entendimento com o líder do governo Ângelo Vanhoni e com o líder da oposição Durval Amaral, a Sessão de hoje não terá Pequeno e nem Grande Expediente e o Horário das Lideranças será destinado, exclusivamente, para homenagem ao deputado federal José Carlos Martins, falecido prematuramente em um acidente, no sábado.

Solicito ao nobre deputado Geraldo Cartário, que proceda a leitura da Sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Mensagem:****MENSAGEM Nº 033/2003**

Curitiba, 03 de outubro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar “Fundo Rotativo” em cada um dos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual, nos Núcleos Regionais de Educação, nas Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação e nas Delegacias de Polícia, cuja prestação de contas será feita perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na forma e prazos que especifica.

A sistemática de utilização de Fundos Rotativos já vem sendo adotada desde o advento da Lei nº 10.050, de 16 de julho de 1992, demonstrando a melhor alternativa para pronto atendimento a necessidade de pequenos reparos, compras de material de consumo, e a outras despesas de pouca monta, por estabelecimentos de ensino e, também, da mesma forma, por delegacias de polícia.

Assim, ressalte-se que a medida ora proposta, face a eficiência verificada na execução das disposições da Lei nº 10.050/92, apenas amplia tal sistemática, a fim de que os fundos rotativos tenham abrangência aos Núcleos Regionais de Educação e à Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação, sem exclusão das demais áreas que vêm atualmente sendo atendidas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo em cada um dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual, nos Núcleos Regionais de Educação, nas Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação e nas Delegacias de Polícia, administrados pelos respectivos dirigentes.

§ 1º - As respectivas Secretarias fiscalizarão a aplicação dos recursos de cada Fundo Rotativo.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto no § 1º, a Comunidade Escolar fiscalizará a aplicação dos recursos dos Fundos dos Estabelecimentos de Ensino.

§ 3º - A critério da Administração poderá ser criado um Fundo Rotativo por grupo de estabelecimentos ou delegacias, gerido por um diretor, servidor ou delegado que para tal for designado.

Art. 2º - A receita de cada Fundo Rotativo será composta pelas transferências do orçamento do Estado e contribuições da comunidade, e destinada às despesas da respectiva unidade.

§ 1º - Os Estabelecimentos de Ensino, os Núcleos Regionais de Educação e as Unidades Administrativas Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação poderão aplicar os recursos:

I - na manutenção, reparos, aquisição de material de consumo e outros gastos correntes;

II - mediante prévia autorização, poderão realizar despesas relativas a reformas, melhorias, ampliações, aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras despesas de capital.

§ 2º - As Delegacias poderão aplicar os recursos na manutenção, reparos, aquisição de material de consumo e outros gastos correntes.

§ 3º - Fica vedada a realização de qualquer despesa de pessoal.

§ 4º - As despesas praticadas com os recursos de cada Fundo estarão sujeitas às normas de Licitação.

Art. 3º - Cada Fundo será mantido em depósito na instituição financeira indicada pelo Governo do Estado, em conta única e especial, e o resultado de suas aplicações reverterá como receita do próprio programa.

Art. 4º - A administração do Fundo prestará contas da aplicação dos recursos de cada exercício ao Tribunal de Contas do Estado, na forma e prazos legais.

§ 1º - A prestação de contas dos Fundos Rotativos dos Estabelecimentos de Ensino deverá ser enviada até 31 de janeiro do ano subsequente ao respectivo Núcleo Regional de Educação e posteriormente à Fundepar.

I - O Núcleo terá 30 dias para analisar a prestação de contas.

II - A Fundepar terá 90 dias para analisar a prestação de contas e enviar ao Tribunal de Contas.

§ 2º - A prestação de contas dos Fundos Rotativos dos Núcleos Regionais de Educação e das Unidades Administrativas Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação deverão ser enviadas até 31 de janeiro do ano subsequente à Secretaria de Estado da Educação para análise, que as enviará, em até 120 dias, ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º - O Poder Executivo, por decreto regulamentará a presente lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 10.050, de 16 de julho de 1992 e as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2233

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2224

Senhor Presidente:

O deputado que presente subscreve, na condição de Presidente da CPI do Banestado, conforme atribuições legais e regimentais, requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI por mais 30 (trinta) dias, em razão do grande volume de documentos que ainda estão para serem entregues à Comissão e para possibilitar a análise dos mesmos, conforme aprovação do mesmo perante os membros da Comissão, cujo requerimento encontra-se assinado em anexo.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

Presidente da CPI do Banestado

Apoiamento:

Waldir Leite, Fernando Ribas Carli, Delegado Braddock, Neivo Beraldin, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Francisco Bühner, Miltinho Pupio e Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

A CPI do Banestado foi instalada em 17 de março de 2003 com duração prevista de 120 (cento e vinte) dias.

Até 30 de junho decorreram 106 dias. Tivemos recesso no mês de julho. Reiniciamos as atividades em 01 de agosto. No dia 14 de agosto fechou os 120 (cento e vinte) dias. Houve, então, a primeira prorrogação, por 60 (sessenta) dias, que, terminará em 13 de outubro de 2003. Em razão do volume de trabalho existente e de estarmos aguardando ainda documentos relativos a quebras de sigilo bancário determinada pela Justiça Federal (uma relacionada a Diretores, Empresas; outras relacionadas à Rio Paraná, e outras relacionadas aos relatórios do Banco Central do Brasil), propondo a prorrogação de prazo por mais 30 dias a contar de 13 de outubro, ou seja, a CPI do Banestado concluirá seus trabalhos em 13 de novembro de 2003.

Há unanimidade nos julgados do Supremo Tribunal Federal, quanto às prorrogações sucessivas, desde que a CPI encerre seus trabalhos na Legislatura em que foi criada.

Como exemplos citamos um compilado de decisões dos eminentes Ministros Sidney Sanches, Carlos Veloso e Sepúlveda Pertence: o termo final de legislatura em que constituída é o limite intransponível de duração, ao qual, com ou sem prorrogação do prazo inicialmente fixado, se há de restringir a atividade de qualquer comissão parlamentar de inquérito. O Supremo Tribunal Federal, julgando o HC nº 71.193-SP, decidiu que a locução “prazo certo”, inscrita no parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição, não impede prorrogações sucessivas dentro da legislatura, nos termos da Lei 1.579/52. III.

Esta CPI foi instalada no dia 17 de março e desde então tem tratado de assuntos que envolvem pessoas poderosas em nosso país e fora dele, dentre as quais havia as que movimentavam contas bancárias no extinto Banco do Estado do Paraná, para promover lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Várias ameaças contra a integridade física do subscritor e de seus familiares tem sido rotina, especialmente nas últimas semanas, razão pela qual, na condição de mandatário do povo paranaense, mergulhado em investigação que conflita com interesses dos mais ardilosos, requer proteção policial integral (24 horas), especializada neste tipo de situação, para si e para sua família.

O atendimento deste requerimento demonstrará que o Governo do Estado também comunga dos mesmo princípios éticos, morais e de transparência que norteiam os trabalhos da CPI do Banestado.

A CPI do Banestado foi instalada em 17 de março de 2003 com duração prevista de 120 (cento e vinte) dias. Até 30 de junho decorreram 106 dias. Tivemos recesso no mês de julho. Reiniciamos as atividades em 01 de agosto. No dia 14 de agosto fechou os 120 (cento e vinte) dias. Houve, então, a primeira prorrogação, por 60 (sessenta) dias, que, terminará em 13 de outubro de 2003. Em razão do volume de trabalho existente e de estarmos aguardando ainda documentos relativos a quebras de sigilo bancário determinada pela Justiça Federal (uma relacionada a Diretores, Empresas; outras relacionadas à

Rio Paraná, e outras relacionadas aos relatórios do Banco Central do Brasil), propondo a prorrogação de prazo por mais 30 dias a contar de 13 de outubro, ou seja, a CPI do Banestado concluirá seus trabalhos em 13 de novembro de 2003.

Há unanimidade nos julgados do Supremo Tribunal Federal, quanto às prorrogações sucessivas, desde que a CPI encerre seus trabalhos na Legislatura em que foi criada.

Como exemplos citamos um compilado de decisões dos eminentes Ministros Sidney Sanches, Carlos Veloso e Sepúlveda Pertence: o termo final de legislatura em que constituída é o limite intransponível de duração, ao qual, com ou sem prorrogação do prazo inicialmente fixado, se há de restringir a atividade de qualquer comissão parlamentar de inquérito. O Supremo Tribunal Federal, julgando o HC nº 71.193-SP, decidiu que a locução “prazo certo”, inscrita no parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição, não impede prorrogações sucessivas dentro da legislatura, nos termos da Lei 1.579/52. III.

REQUERIMENTO Nº 2206

Senhor Presidente:

O deputado Natálio Stica, em comum acordo com o deputado Estadual Hermas Eurídes Brandão, no uso de suas atribuições, REQUER na forma regimental o uso do Plenário para realização de Sessão solene em comemoração aos 50 anos da Petrobrás, no próximo dia 13 de outubro do presente ano às 17h00.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO
NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem como finalidade prestar justa homenagem a Petrobrás, uma empresa brasileira que orgulha nosso povo por sua história e contribuições prestadas em diferentes áreas junto à nossa sociedade. Na ocasião, estaremos homenageando o presidente da empresa Exmo. Sr. José Eduardo de Barros Dutra, bem como algumas personalidades cujas participações fazem parte da história desses 50 anos, em âmbito nacional e local.

REQUERIMENTO Nº 2207

Senhor Presidente:

O deputado Natálio Stica, em comum acordo com o deputado Estadual Hermas Eurídes Brandão, no uso de suas atribuições, REQUER na forma regimental o uso do Plenário para realização de Seminário sobre Economia Solidária: Perspectivas e Desafios, nos próximos dias 09 e 10 de outubro do presente ano.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO
NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem como finalidade garantir a realização do evento Economia Solidária: Pers-

pectivas e Desafios no espaço físico do Plenário desta Casa de Leis, uma vez que irá oportunizar aos cidadãos paranaenses a obtenção de novos conhecimentos a respeito dos temas: economia solidária através de experiências nacionais e internacionais, políticas públicas e desafios do governo Lula em relação ao tema, legislação, cooperativismo, direitos fundamentais do trabalhador, entre outros tantos decorrentes de uma reflexão sócio-educacional, política e econômica.

REQUERIMENTO Nº 2231

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja destinado o tempo do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 14 de outubro próximo, ao Dr. Rubens Onofre Nodari, professor geneticista da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que ao usar a Tribuna desta Casa de Leis para fazer uma exposição sobre a Tecnologia dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) contribuirá para o debate e esclarecimentos sobre esse importante tema que está sendo apreciado e prestes a ser votado em 2ª discussão nesta Casa.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 2192

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja destinado horário na Sessão Plenária, no próximo dia 08 de outubro do corrente ano, para a apresentação do Programa de Paranaização do Centro Cultural Teatro Guaíra - Plano Plurianual 2004-2007.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2180

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Anfrísio Fonseca de Siqueira, fundador e presidente da Boca Maldita, Confraria dedicada ao livre pensamento, tradicional ponto de encontro de políticos e intelectuais e palco de constantes debates políticos e sociais. Paranaense sempre dedicado à defesa de seu Estado, cidadão honrado e respeitado por todos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada: Travessa Rui Leão, nº 60, Alto da Glória- CEP 80030-090 Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2186

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Chafic Speridião, ocorrido no dia 29 de setembro último.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Dr. Colares, nº 15- Centro - CEP 84010-010- Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2191

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam consignados na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lourdes Sotomaior Macedo, pregenitora de um dos mais queridos funcionários do Poder Legislativo, José Olímpio Sotto Maior Macedo.

Maria de Lourdes Sotomaior Macedo, tinha 86 anos e era viúva de Odilon Portugal Macedo. Sempre dedicou-se de forma humanitária ao próximo, tanto em seu serviço, como exemplar funcionária do Poder Judiciário, como no convívio com seus familiares, amigos e com a comunidade em geral. Deixou filhos Odilmar Rogério, José Olímpio, Odilon Oscar, Antonio Carlos, Mário Augusto e Tânia, netos e bisnetos.

Requer outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2199

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de louvor ao senhor Roberto Morita.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestador à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2213

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente requerer votos de pesar aos familiares do Sr. José Carlos Gomes de Carvalho, pelo falecimento ocorrido em 01 de outubro.

O Paraná sofre uma grande perda, um empresário que dedicou sua vida ao desenvolvimento do Estado do Paraná, atuando conjuntamente como empreendedor, líder empresarial e político.

Solicito a especial gentileza em notificar a família acerca do voto em apreço, sito à Av. Batel, 1920, 3º andar Batel - CEP 80420-090, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2218

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família Fonseca de Siqueira, pelo falecimento no dia 28 de setembro, do Dr. Anfrísio Fonseca Siqueira, aos 82 anos, em Curitiba.

Ele deixa viúva Julia Siqueira, quatro filhos, Anfrísio Júnior, Vera Helena, Yuri e Ygor, cinco netos e dois bisnetos.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Faço das palavras do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, jornalista e diretor presidente da Gazeta do Povo, a nossa homenagem nesta justificativa parlamentar:

“Anfrísio Siqueira era um lapeano corajoso, um paranaense patriota, digno e bom, qualidades que possuía em grau elevado e que o transformavam em um líder autêntico, reconhecido e proclamado por todos. Amigo leal e prestativo, consolidou uma liderança expressiva e enorme.

Reconhecido por todos como grande presidente perpétuo e indiscutível da notável e democrática Boca Maldita, que ele soube criar com inteligência, carinho e inigualável carisma.

Pai generoso e exemplar, deixa para esposa e filhos um exemplo marcante de cidadão honrado. Conceituado e um dos mais competentes conselheiros do Clube Atlético Paranaense, seu time do coração.

Finalmente, o bom amigo, um filho ilustre da heróica Lapa, era um brasileiro que honrava sua terra e sua gente”.

REQUERIMENTO Nº 2219

Senhor Presidente:

Os deputados signatários deste, membros da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, no uso de suas atribuições regimentais, REQUE-REM, após ouvido o Plenário, a consignação da Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. José Carlos Gomes de Carvalho (Carvalhinho), ocorrido hoje, dia 1º de outubro de 2003.

Requerem, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Ademir Bier, Alexandre Curi, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Dobrandino Silva, Elza Correia, José Maria Ferreira, Delegado Bradock, Nereu Moura, Rafael Greca e Vanderlei Iensen.

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, nesta capital em data de hoje, 1º de outubro, o Sr. Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, com 68 anos de idade. Deixando viúva Dona Eliane Souza de Carvalho e os filhos: José Carlos Gomes de Carvalho Júnior e Rafaela Loureiro Souza de Carvalho.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e correligionários.

José Carlos Gomes de Carvalho que era natural de Santo Antonio da Platina / PR, era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de Curitiba e possuía vários cursos de extensão universitária; especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

Como atividades representativas: presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná; vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria; presidente do Conselho Temático de Infra-Estrutura da CNI; vice-presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-PR; membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Luís Inácio Lula da Silva; membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores; membro do Grupo Especial de Infra-Estrutura e Energia Brasil/Alemanha; membro do Conselho Empresarial da América Latina - CEAL Brasil; membro da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica - Protec; membro do Fórum de Líderes Empresariais / Mercosul - Gazeta Mercantil; membro do Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Como atividades empresariais: presidente do grupo Empresarial Gomes de Carvalho e da holding Rocar, que congrega empresas nos setores automotivo, informática, financeiro, agro-florestal, agro-pastoril, logística e indústria do plástico.

Atividades políticas: senador suplente (2003-2001); senador da República (1987-1995); secretário estadual da Indústria e Comércio (1987-1989); vice-prefeito e prefeito em exercício de Curitiba (1993-1997); secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (1999-2001).

Recebeu as homenagens: Ordem do Rio Branco - grau comendador - Governo Federal; comenda do Mérito Industrial Nacional - Confederação Nacional da Indústria; mérito da Administração - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas; comenda da Ordem do Pinheiro - Governo do Paraná; Cidadão Benemérito do Paraná e Cidadão Honorário de um grande número de cidades do Estado do Paraná.

Doutor José Carlos Gomes de Carvalho foi sempre um lutador e sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como mais uma homenagem a ele.

Pedimos ao Todo Poderoso que seus familiares encontrem na fé e na esperança o consolo necessário nesta hora difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio destes deputados, cumprem o dever de associar-se à dor que abalou a família Gomes de Carvalho, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2220

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento, no dia 28 de setembro próximo passado, nesta capital, do Sr. Anfrísio Fonseca de Siqueira, fundador e presidente da Confraria dos Cavalheiros da “Boca Maldita”. Ilustre cidadão de nossa cidade, admirado pela sociedade paranaense por defender a liberdade de expressão. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento, deixando muitas saudades em todos nós. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2221

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento, no dia 1º de outubro, nesta capital, do Sr. José Carlos Gomes de Carvalho, o “Carvalhinho”, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI. Ilustre cidadão, político e empresário do nosso Estado, admirado e respeitado pela sociedade paranaense por ser considerado um dos principais articuladores das estratégias políticas e industriais do Paraná. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento e deixa muitas saudades em toda a sociedade paranaense. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2222

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos

desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Odete Klamas, nesta capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2223

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Larsen, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2225

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Sr. José Carlos Martinez, figura ilustre no cenário político, social e econômico do Paraná e do Brasil.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Rua Francisco Caron, 29 - Pilarzinho - CEP 82120-200 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2226

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar a família do Sr. Carlos Gomes Carvalho, figura ilustre no cenário político, social e econômico do Paraná e do Brasil.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Avenida Batel, 1920 - Conj. 310; CEP: 80420-090 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2228

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após

ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do presidente nacional do PTB, deputado José Carlos Martinez, político experiente, líder incontestável e parlamentar que com sua atuação sempre firme e leal contribuiu de forma significativa para com os destinos do Paraná e do Brasil.

Requerem ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada no endereço: Rua Francisco Caron, 29 - Pilarzinho - CEP: 82120-200.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(aa) AILTON ARAÚJO

CARLOS SIMÕES

JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2227

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de parabenização pelos 32 anos da Universidade Estadual de Londrina.

Mais do que um pólo educacional, a UEL é hoje referência em ações sociais, econômicas e políticas que contribuem para o desenvolvimento de nosso Paraná.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à professora Lygia Lumina Pupatto. MD. reitora da Universidade Estadual de Londrina, Cine Teatro Ouro Verde - Rua Maranhão, 85 - Campus Universitário.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2177

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulações ao presidente da Adetec, Sr. Luiz Cezar Auvray Guedes, pelo aniversário de 10 anos da entidade.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia ao presidente no endereço Avenida Santos Dumond, 505, sala 204 - CEP: 86.039-090 - Bairro Aeroporto Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina - Adetec, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, criada para ser um agente de integração para o desenvolvimento econômico e social do Norte do Paraná, alicerçado no desenvolvimento tecnológico.

Tem trabalhado em parceria com as principais instituições dos setores produtivos, público, de pesquisa e desenvolvimento, em ações estratégicas, programas, atividades, visando à consolidação de Londrina como Pólo

Tecnológico do Norte do Paraná. Neste sentido é que propomos o merecido reconhecimento, pelo excelente trabalho que a entidade vem desenvolvendo.

REQUERIMENTO Nº 2178

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de votos de congratulações à reitora da Universidade Estadual de Londrina - UEL, Lygia Lumina Pupatto pelo aniversário de 32 anos desta conceituada instituição de ensino superior.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, enviando cópia à reitora da UEL no endereço Campus Universitário, Caixa Postal 6001, CEP: 86.051-990 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Londrina foi fundada em 28 de janeiro de 1970 e obteve reconhecimento em 07 de outubro de 1971, comemorando agora o seu aniversário de 32 anos. Na época, cinco faculdades isoladas se uniram para formar a universidade que hoje é a maior instituição de ensino superior do Estado do Paraná.

Hoje, professores, alunos e funcionários constituem uma comunidade universitária de mais de 20 mil pessoas, distribuídas em nove centros de estudos, 54 departamentos, com 41 cursos de graduação, programas de mestrado, doutorado, especializações e projetos acadêmicos em andamento.

Acresce-se a tanto a importância social da UEL na prestação de serviços diretamente à população por meio do Hospital Universitário (HU), maior hospital público do Norte do Paraná, e também por órgãos como o Centro Odontológico e do Escritório de Aplicação e Assuntos Jurídicos, além dos projetos de extensão.

Assim, a UEL é referência não só para o Norte do Paraná, mas para os brasileiros de todas as regiões que buscam nessa instituição o atendimento às demandas de educação, cultura, saúde e integração social.

Neste sentido é que propomos o merecido agradecimento.

REQUERIMENTO Nº 2187

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná, pela passagem do Dia do Engenheiro, a ser comemorado dia 12 de outubro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Eroni Bertoglio, presidente do Senge, através de correspondência a

ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 211 - CEP: 80.019-320 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2188

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, pela passagem do Dia do Terapeuta Ocupacional a ser comemorado dia 13 de outubro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Esperedião Elias Aquim, presidente do Crefito-PR, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Padre Germano Meyer, 827 - CEP: 80.050-270 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2189

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, pela passagem do Dia do Fisioterapeuta a ser comemorado dia 13 de outubro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Esperedião Elias Aquim, presidente do Crefito-PR, Senge, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Padre Germano Meyer, 827 - CEP: 80.050-270 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2193

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações a APP - Sindicato dos Professores do Paraná, pela passagem do Dia do Professor a ser comemorado dia 15 de outubro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. José Rodrigues Lemos, presidente da APP, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Voluntários da Pátria, 475 - CEP: 80.020-260 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2194

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da pre-

sente Sessão, de um voto de contratulações ao Sindicato dos Securitários do Paraná, pela passagem do Dia do Securitário a ser comemorado dia 16 de outubro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Alceu Stival, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José Loureiro, 12 - CEP: 80.010-914 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2202

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Rádio Colméia de Porto União, pela passagem de seus 47 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. João Carlos Côas, diretor presidente para que receba e transmita aos demais companheiros, as homenagens da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 06 de outubro, a Rádio Colméia de Porto União estará comemorando mais um aniversário de fundação, mantendo ao longo de seus anos, um serviço de qualidade, fruto da visão administrativa de seus diretores e colaboradores.

Devemos honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes.

Certo poeta dizia: "O homem torna-se útil à medida que demonstra seus conhecimentos. Só os feitos positivos marcam a presença do homem na vida".

Não é sem razão que a imprensa é considerada sentinela vigilante, que compete fiscalizar os atos daqueles que mantêm uma parcela do poder público. Não só fiscalizar, mas, alertar os governantes para os perigos que significam tais ou quais atos de seus prepostos.

Daí decorre a grande responsabilidade que pesa sobre seus dirigentes e colaboradores.

"Para quem caminha em direção ao sol, é sempre madrugada".

Helena Kolody

Por isso, é de todo justo este reconhecimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e competência.

REQUERIMENTO Nº 2203

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos a Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Curitiba Foot Ball Club, pela passagem do seu 94º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. Dr. Giovani Gionédis, presidente do mencionado clube, para que receba e transmita a todos os demais companheiros da diretoria, associados e atletas, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O esporte, é uma escola: nela se aprende a dominar a vontade e a coordenar os impulsos. De que valeria a força bruta, se a inteligência não a nortearse?

Hoje em dia, em que tudo obedece a determinadas técnicas, o esporte é por excelência o seu campo proferido. Técnica quer dizer consciência.

Eis a razão porque em todos os países civilizados do mundo, o esporte é hoje contemplado nas atividades esportivas como parte imprescindível de seu programa. Nem poderá ser de outra forma se quisermos atingir o aforismo latino: *Men sana in corpore sano* - Sim, um espírito sadio num corpo sadio é o escopo de todos os povos que almejam ocupar um lugar preponderante entre as demais nações do globo.

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. E o espírito cansado pela labuta diária precisa de distrações que atuarão como desintoxicantes e lenitivo ao organismo exausto.

Recrear o espírito é retemperá-lo para novos embates e novas lutas.

O próximo dia 12 de outubro marcará a passagem do 94º aniversário de fundação do Coritiba Foot Ball Club, a maior glória do esporte paranaense. Assim, rogamos à Nossa Senhora da Aparecida para que cubra com seu manto todos os diretores, associados, atletas e simpatizantes do referido clube.

Lançamos um olhar retrospectivo para recordarmos os grandes feitos do Coritiba F.C.

Cultivar o esporte é portanto, cultivar o que de mais nobre há em nosso espírito.

A todos aqueles que lutaram e lutam por esse querido Clube, os nossos aplausos como uma afirmação de apreço pela passagem do seu 94º aniversário de fundação.

REQUERIMENTO Nº 2208

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário deste Parlamento que se digne a aprovar, para que sejam registradas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Poder à direção e funcionários do jornal O Presente, da cidade de Marechal Cândido Rondon, pelo transcurso do 12º aniversário de sua existência, no último dia 4 de outubro.

Caso aprovada a presente proposição, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, com a expressão dos votos de larga prosperidade e contínuo sucesso ao jornal homenageado, na pessoa do seu

ilustre diretor-presidente, Sr. Arno Künzler, à Rua Sete de setembro, 1233 - CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon / PR.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2229

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo aniversário de 10 anos do Senar-PR e pelo recebimento da Certificação ISO 9001:2000, a ser comemorado no dia 10 de outubro de 2003.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Ilmo. Sr. Ágide Meneguette, presidente do Conselho Administrativo do Senar-PR, à Rua São Gabriel, 120 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2200

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Mário Bortolotto.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, por esse senhor.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2209

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor ao Sindicato dos Estivadores de Paranaguá, pelo mês de seu centenário comemorado em setembro do presente ano.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Nestes 100 anos de atividade do Sindicato dos Estivadores do Paraná, este vem destacando-se pelas lutas e conquistas da classe trabalhadora, em um sindicalismo avesso ao corporativismo e defensor das lutas sociais. Um Sindicato envolvido no movimento social, nas lutas políticas, e na construção de um Estado mais digno e mais igual.

A justiça social que o atual governo pretende impulsionar, esquecida por antigos governantes em detrimento de uma política econômica que visava o bem estar dos números, deixando de lado a classe trabalhadora, foi

um dos inúmeros obstáculos enfrentados por este sindicato, que é motivo de orgulho para nosso Estado, pois protege os interesses da classe que move o Brasil: a classe dos trabalhadores.

Parabéns ao Sindicato e a todos os estivadores de Paranaguá, pelos 100 anos de existência desta entidade sindical.

REQUERIMENTO Nº 2210

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Arnaldo Luiz Miró Rebello, pelo excelente trabalho desenvolvido frente à Faculdade Evangélica do Paraná.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rua Padre Anchieta, 2770 - CEP 80730-000.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2211

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Attilio Salvador Melluso Filho pelo recebimento do Prêmio Melhores da Medicina do Brasil, sendo este um prêmio de âmbito nacional que está em sua 6ª edição.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rua Bruno Filgueira, 369 - conj. 404, CEP 80240-220.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2172

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Caio Julio César Brandão Pinto - diretor-presidente da Sanepar, a realização de um estudo sobre a possibilidade da implantação da rede de água tratada para a comunidade de Vicinal 6, distrito de Dorizon, município de Mallet / PR.

Tal solicitação prende-se ao fato de que esta comunidade é bastante povoada e não dispõe de um sistema de água tratada, fundamental para garantir a saúde e o bem estar destes paranaenses.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 2173

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja encaminhado ao Exmo. Sr. desembargador Otto Luiz Sponholz, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná a presente solicitação, no sentido de que se estude a possibilidade de

realizar no município de Pinhão, um mutirão da cidadania a exemplo do que já ocorreu nos municípios de Cerro Azul e Dr. Ulisses, tendo em vista o grande número de pessoas daquele município que não possuem carteira de identidade, CPF e outros documentos, estando afastados do exercício da cidadania plena.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 2174

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja encaminhado ao Exmo. Sr. secretário dos Transportes Waldyr Hortêncio Pugliesi e ao diretor do DER, Dr. Tissot, a presente solicitação, no sentido de que se estude a possibilidade de construir acostamentos e sinalizar com placas de advertência de "máquinas agrícolas" as rodovias PR - 153 e PR-160, que ligam a BR-476 aos municípios de Paulo Frontin, Mallet e Rebouças haja vista que a referida rodovia não possui acostamentos e por ela transitam muitas máquinas e equipamentos agrícolas nas épocas de safras, o que causa grande número de acidentes.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 2181

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conselheiro Henrique Naigeboren, solicitando as seguintes informações e documentos:

. Cópia das planilhas de cálculo que apuraram o percentual constitucional das despesas realizadas com educação - Fundef, referentes aos exercícios de 1998, 1999 e 2000 no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2175

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja encaminhado ao Exmo. Sr. secretário dos Transportes Waldyr Hortêncio Pugliesi e ao diretor do DER, Dr. Tissot, a presente solicitação, no sentido de que se estude a possibilidade do asfaltamento da via que liga a sede do município de Mallet até as indústrias Sepac, numa extensão de aproximadamente 3 quilômetros.

A referida solicitação se justifica em virtude de que as margens desta via são bastante povoadas e há também outros estabelecimentos industriais e comerciais localizados no referido trajeto.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 2179

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado Roberto Requião, lembrando promessa de campanha de distribuição de leite às crianças carentes, tendo em vista o atual governo estar completando seu nono mês de gestão e ainda não existir tal programa no município de Ponta Grossa ou qualquer outro na região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2182

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado dos Transportes Waldyr Pugliesi, solicitando em caráter de urgência, Operação “Tapa Buracos” e limpeza na rodovia PR-522, trecho que liga a PR-373 ao município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2183

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando, em caráter de urgência, asfaltamento de estrada entre a PR- 487 e a PR-522, trecho que liga o município de Ipiranga ao Distrito de Palmital dos Cunha.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2184

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada correspondência ao Ilmo. Sr. diretor presidente da Sanepar, Caio Júlio César Brandão Pinto, solicitando a implantação de Poço Artesiano no distrito de Palmital dos Cunha - município de Ivaí.

Tal solicitação prende-se ao fato de não haver água de boa qualidade para atender uma população de aproximadamente 2.000 (duas mil) pessoas.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2185

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Justiça e da Cidadania,

Aldo José Parzianello, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29.01.2003:

. qual a capacidade total de alojamento de detentos na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa;

. qual o número de detentos atualmente recolhidos na referida Penitenciária;

. quais as cidades de origem desses detentos.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2217

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para expor e reivindicar o seguinte:

Há anos o Estado do Paraná vem lutando unido pela criação e instalação de um novo Tribunal Regional Federal, com sede em Curitiba.

Esse objetivo próximo de se concretizar, está unicamente na dependência da aprovação pelo Plenário da Câmara dos Deputados, da Emenda Constitucional - PEC nº 544/2002, à qual já foram dados pareceres favoráveis das comissões daquela Casa Legislativa, encarregadas da sua análise, Comissões de Justiça e Especial.

A emenda cria quatro tribunais: entre eles o da 6ª Região, com sede em Curitiba e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Há razões de sobra que determinaram a criação desses tribunais, principalmente em face do elevado número de processos, distâncias e demora no deslinde das questões. Em termos econômicos, custos, diretos e indiretos, são significativamente maiores ao país, em face da inexistência dos tribunais requeridos.

A expectativa é tamanha em nosso Estado, a instalação do Tribunal Federal em nossa Capital, é o reconhecimento que o Paraná aguarda com determinação no ano de seu sesquicentenário. É como se após cento e cinquenta anos estivéssemos presenciando a uma nova emancipação.

Assim, fundamentais são as manifestações de apoio à aprovação da Emenda Constitucional em pauta, principalmente por S. Exa. o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que através de sua incontestável liderança, faça chegar aos deputados federais os anseios de todos os paranaenses para que os mesmos votem favoravelmente à PEC nº 544/2002, atitude que será sempre lembrada e reverenciada por toda a nossa sociedade.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2230

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando a pavimentação poliédrica da estrada rural que liga a BR-277 às comunidades de Linha Rio Ocoy e Javali, no município de Medianeira.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Alcides Marques, presidente da Câmara Municipal de Medianeira, e ao vereador Célio Pinto de Oliveira, autor da solicitação.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A estrada rural que liga a BR-277 às comunidades de Linha Ocoy e Javali, no município de Medianeira, principalmente em dias chuvosos, dificulta a acessibilidade dos moradores das comunidades ao perímetro urbano do município, diante disso é necessário a formulação desse pedido.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no município de Mandirituba, para que a população decida sobre a criação do município de Areia Branca dos Assis, com as seguinte divisas:

“Começa na cabeceira de um arroio existente na margem direita da BR-2, Curitiba-Rio Negro, nas imediações do km 41, segue por este abaixo até sua foz no Rio Caí, seguindo por este abaixo até a sua foz do Rio da Várzea, seguindo por este acima até sua cabeceira mais alta, desta em linha reta até o ponto de partida, isto é, até o km 41 da BR-2”.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de resolução, que tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito no município de Mandirituba, para que a população decida sobre a criação do município de Areia Branca dos Assis, no território do atual distrito de Areia Branca de Assis, atendendo solicitação da Comissão para Emancipação do Distrito de Areia Branca dos Assis, e cumprindo legislação existente, abaixo-assinado com centenas de assinaturas.

Antigo anseio de toda a comunidade do distrito de Areia Branca dos Assis, a emancipação do distrito trará enormes benefícios aos seus habitantes, trazendo o progresso tão esperado por todos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 585/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os órgãos de segurança pública obrigados, recebida a notícia do desaparecimento de pessoas de 0 a 16 anos de idade, ou qualquer que seja a idade, desde que portadoras de deficiência mental, física ou sensorial, a proceder à imediata busca, utilizando-se dos meios necessários para sua localização.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

Não raramente ouvimos falar de situações em que um pai, uma mãe ou um familiar, liga ou procura polícia informando o desaparecimento de um filho, ou de uma pessoa com doenças mental que fugiu de casa, entre inúmeras outras situações. Via de regra, nessa lamentável situação, o que se escuta da polícia é a informação de que antes de 24 horas ela não pode fazer nada. Não há contudo justificativa para tal.

Não há em nossos diplomas normativos qualquer regra que estabeleça que diante de situações de desaparecimento de pessoas deve-se esperar 24 horas para se proceder às buscas, até mesmo porque, diante dessa situação, seria um contra-senso esperar tanto tempo, visto que em 24 horas, caso se trate de efetivo desaparecimento, a criança pode estar até mesmo fora do país, ou no caso de pessoas com deficiência mental, essas poderiam estar passando um enorme risco andando sozinhas pelas ruas.

Há que se ressaltar que as pessoas procuram a polícia quando estão em desespero, ou seja, quando efetivamente percebem que a pessoa que deveria ter voltado não retornou e ainda não avisou se está em algum lugar. Portanto, uma diligência policial no sentido de localizar a pessoa, via de regra não se mostraria inútil.

Portanto, o presente projeto visa exatamente regulamentar esta situação tornando obrigatória a busca a menores de 16 e pessoas de qualquer idade, desde que portadoras de algum tipo de deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 587/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogado o inciso VIII, do artigo 41, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969.

Art. 2º - O inciso V, do artigo 25, da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25 -...

V - não estar cumprindo sentença criminal.”

Art. 3º - Ficam revogados o inciso VII, parágrafo 1º e suas alíneas, do artigo 39, da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar) e a Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar), apresentam dispositivos impedindo a promoção de oficiais e praças que estejam *sub judice*.

Esta medida fere o princípio da presunção da inocência, consagrado na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LVII, o qual dispõe que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Afastar o policial militar dos quadros de acessos e conseqüentemente impedi-lo de concorrer à promoção por estar apenas *sub judice*, caracteriza pré-julgamento, punição antecipada, trazendo prejuízos profissionais, morais e econômicos de difícil reparação.

A natureza da função policial militar coloca o servidor em constante possibilidade de estar *sub judice*, mesmo que seja flagrante a sua inocência, como nos casos em que estão presentes as excludentes do crime. O processo a que é submetido, muitas vezes, visa atender a própria sistemática processual vigente, que pretende apenas materializar a inocência do denunciado. A atual redação das leis de promoção de oficiais e de praças da Polícia Militar, vem desestimulando os militares estaduais a enfrentar o perigo e a criminalidade, principalmente quando estão integrando quadros de acessos visando promoção funcional.

As alterações ora propostas não trarão nenhum prejuízo à justiça, pois concluído o processo, os militares estaduais, se julgados culpados, serão submetidos ao cumprimento das respectivas penas, contando ainda com a possibilidade da perda da função pública, como efeito decorrente da condenação.

As leis prevêm, como medidas reparadoras, a possibilidade de promoções em ressarcimento, mas, mesmo quando aplicadas, nunca exauram todos os efeitos provocados pelo tempo, bem como com os prejuízos já causados ao policial militar.

As alterações propostas, tanto na Lei de Promoção de Oficiais, como na Lei de Promoção de Praças, simplesmente procuram ajustar os princípios da lei ordinária aos princípios constitucionais vigentes, a exemplo de outros Estados.

PROJETO DE LEI Nº 588/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A prática do abortamento nas hipóteses admitidas pelo artigo 128 do Código Penal Brasileiro, será realizada pela rede pública do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná, respeitado o disposto na resolução do Conselho Estadual de Saúde do Paraná nº 10/99 e nas normas técnicas do Ministério da Saúde.

§ 1º - Serão designadas, por decreto, Unidades Hospitalares de Referência para o atendimento definido no item no *caput* do artigo 1º.

§ 2º - A relação de hospitais de referência para o atendimento previsto no *caput* do artigo incluirá, pelo menos, todos os hospitais universitários do Estado.

Art. 2º - As Unidades Hospitalares de Referência manterão em funcionamento Comissões Multidisciplinares constituídas por médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais escolhidos entre seus pares.

Parágrafo Único - As atribuições das Comissões Multidisciplinares serão definidas de acordo com os procedimentos descritos nas já citadas resoluções do Conselho Estadual de Saúde e Normas Técnicas do ministério da Saúde.

Art. 3º - Os diversos níveis gerenciais do Sistema Único de Saúde caberá ampla divulgação do disposto na lei e nas já citadas resolução do Conselho Estadual de Saúde e normas do Ministério da Saúde.

Art. 4º - As Delegacias de Polícia de todo o Paraná ficam incumbidas de:

I - informar às mulheres vítimas de estupro, no ato do registro da ocorrência, que caso venham a engravidar em conseqüência do mesmo, tem o direito de interromper a gravidez;

II - manter cartazes legíveis, em locais visíveis, que informem a respeito do direito de interrupção da gravidez quando a mesma for decorrente de estupro;

III - fornecer, no ato do registro policial da ocorrência, a relação de Unidades Hospitalares de referência para a prática do abortamento legal, com seus respectivos endereços.

Art. 5º - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta dias), a contar da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

(a) Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A legislação penal brasileira tornou inimputável a prática de abortamento em duas circunstâncias: se não houver outro meio de salvar a vida da mulher; se a gravidez resultar de estupro e o abortamento for precedido do consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Não obstante o direito assegurado às mulheres nestas duas hipóteses e o dever constitucional do Estado de promover e garantir saúde para todos, nem sempre as unidades hospitalares vinculadas ao Sistema Único de Saúde prestam atendimento às mulheres que procuram seus serviços para os casos amparados em lei, dificultando seu direito de acesso à interrupção da gravidez. Isto se deve, na grande maioria das vezes, à ignorância da legalidade e à inoperância dos responsáveis pelo provimento de tais serviços, o que justifica sua previsão em lei.

A demora para o atendimento, principalmente nos casos de direito ao abortamento por estupro, só dificulta a situação, ensejando muitas vezes uma dramática situação familiar que se estenderá por gerações. Além do que, deixa a mulher à mercê da busca desesperada da “solução” do aborto clandestino, praticado sob condições adversas e causa de complicações e mortes maternas.

Por outro lado, para fazer valer o direito é imperativa a necessidade de informar às mulheres vítimas de estupro sobre o seu direito a interrupção da gravidez decorrente do mesmo. Com frequência, isso não se configura como alternativa para a vítima de violência sexual por desconhecimento, o que denota a falta de assessoramento humanitário em momentos oportunos. A consequência é a falta de acesso imediato a cuidados de saúde, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez indesejada.

A ocasião do registro policial da ocorrência do estupro é a mais oportuna para que ocorra a adequada informação à mulher sobre seus direitos. Por outro lado, configura-se como oportunidade de dignificação da figura do policial, pelo exercício do assessoramento a seres humanos num momento de grande fragilidade e necessidade de atenção solidária.

Iniciativas legais de definição de unidades de referência para este tipo de assistência, aliadas à informação necessária, provam que é possível, sem gastos adicionais, pelo contrário, com economia decorrente da prevenção de complicações, tratar com dignidade e qualidade as mulheres vítimas desse tipo de violência, sem sofrimentos extras e mortes prematuras.

REQUERIMENTO Nº 589/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criadas, nas instituições estaduais de ensino, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - Cipaves.

Art. 2º - As Cipaves terão como objetivo:

I - reconhecer as situações de risco de acidentes e violências nas escolas;

II - solicitar e sugerir medidas para reduzir e eliminar os riscos de acidentes e violência nas escolas;

III - discutir os acidentes e episódios de violência ocorridos com a direção da escola, seus professores e a Associação de Pais e Mestres.

Art. 4º - Compete às Cipaves:

I - mapear os locais de risco de acidentes na escola e seus arredores;

II - discutir as causas e as circunstâncias em que ocorreram os acidentes e os episódios de violência;

III - recomendar medidas de prevenção e acompanhar sua execução;

IV - estimular o interesse pela segurança na comunidade escolar;

V - estimular o cumprimento do regulamento da escola e das instruções relacionadas à limpeza e conservação do prédio, das instalações e dos equipamentos;

VI - promover um programa interno de prevenção de acidentes e violência.

Art. 5º - As Cipaves terão composição paritária de representantes de alunos, pais, professores e funcionários.

§ 1º - Os diretores e vice-diretores das escolas serão membros natos das Cipaves.

§ 2º - Os membros das Cipaves escolherão entre seus pares um presidente, um vice-presidente, um secretário e um vice-secretário, bem como seus respectivos suplentes para representá-los em casos de impedimento.

Art. 6º - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A situação de violência nas escolas tornou-se angustiante para a sociedade. depredação, pichação, drogas, perda de parâmetros éticos, agressões físicas, são suas freqüentes manifestações.

É claro que não se pode ser superficial na análise de suas causas e nem atribuir a uma singela iniciativa como a proposta neste projeto de lei a sua solução completa. A violência nas escolas tem múltiplas causas, com frequência estrutural.

Podemos citar: baixa auto-estima entre os alunos, falta de perspectivas com relação ao futuro e de percepção do lugar da escolaridade em sua vida profissional, traços de personalidade, contexto familiar marcado pela violência e pela falta de interesse dos pais no desenvolvimento escolar dos filhos, desejo de se fazer aceitar no grupo de referência, atmosfera escolar e qualidade do ensino medíocres, problema nas relações professores-alunos, falta de ênfase em valores na educação ministrada, resultados ruins com repetência, exposição intensa à violência na mídia, qualidade da comunidade vizinha e grau de violência aí encontrado... Neste último caso, remete-se às causas sócio-políticas e econômicas da violência social mais ampla.

Por outro lado, também os acidentes são frequentes na comunidade escolar. Inclusive graves, com perda de vidas. É o caso dos acidentes ocorridos em escola de Curitiba e que retornaram recentemente à mídia devido à sua tramitação na justiça. Foram acidentes com veículos, que tiraram uma vida e tornaram outra incapacitada. Poderiam ter sido prevenidos, desde que p risco de seu acontecimento houvesse sido mapeado e providências tomadas no sentido desta prevenção.

Seu mérito consiste em apostar no campo das autonomias do cidadão. Aliás, do cidadão em formação, a partir da contribuição da escola nesse processo. Cidadão que não está fadado a simplesmente conviver com as causas e conseqüências de um problema de âmbito social, aguardando que alguém faça alguma coisa. Mas que pode dedicar-se a causa da compreensão do problema e do exercício autônomo de parte de sua solução. Que consiste em mobilizar pessoas interessadas, discutir os problemas conscientizando a todos sobre os mesmos, sensibilizar para que seja feito o que está ao alcance da escola e pedir ajuda para o que for necessário a outras instâncias da sociedade e do governo.

Neste gesto reside a oportunidade de um verdadeiro laboratório de cidadania nas escolas, com envolvimento dos professores, alunos, pais e demais autoridades. Os recursos necessários referem-se muito mais à capacidade organizativa do que financeira, sendo totalmente viável sua implantação, inclusive para servir de exemplo a outros níveis de governo e às instituições privadas de ensino.

PROJETO DE LEI Nº 590/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida no Estado do Paraná a utilização de sistemas de jateamento de areia ou outros pro-

duto que liberem sílica, a fim de evitar danos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente.

Art. 2º - As empresas que utilizam esses sistemas de sílica deverão notificar à autoridade sanitária estadual a mudança do abrasivo, bem como de funcionamento do serviço.

Art. 3º - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A silicose é a pneumoconiose de maior prevalência no Brasil. Encontramos no país todas as situações de exposição à sílica onde há risco de silicose, assim como situações peculiares de exposição.

O número estimado de trabalhadores potencialmente expostos a poeiras contendo sílica é superior a 6 milhões (por volta de 4 milhões na construção civil, 500.000 em mineração e garimpo e acima de 2 milhões em indústrias de transformação de minerais, metalurgia, indústria química, de borracha, cerâmicas e vidros).

Como a silicose é uma doença de desenvolvimento lento, executando-se os casos de silicose aguda e subaguda, e pode progredir independentemente da exposição continuada, boa parte dos casos só serão diagnosticados anos após o trabalhador estar afastado da exposição.

Foram descritos inúmeros casos graves de silicose em jateamento de areia (Comissão Técnica do Estado do Rio de Janeiro, 1994). É frequente o aparecimento de casos graves provenientes de pequenas empresas fantasmas, pela total ausência de medidas de controle de exposição e poeiras. Um exemplo desta situação são os casos em lapidários, recentemente avaliados pelo ambulatório de Pneumologia Ocupacional da Fundacentro, assim como em jateadores de areia diagnosticados em Curitiba.

A silicose é uma doença que pode ser incapacitante, associar-se a complicações como a tuberculose, limitação crônica ao fluxo aéreo e câncer de pulmão. Nos países desenvolvidos sua ocorrência está em franco declínio, pela instituição de medidas de controle de exposição a poeiras, substituição da sílica em algumas operações e conscientização de empresas e trabalhadores. No Brasil coexistem situações nas quais houveram nítidas melhorias de condições de trabalho em alguns setores nas últimas décadas, com outras atividades exercidas em precárias condições ou ainda pouco conhecidas. Continuamos a diagnosticar casos de silicose com frequência na prática clínica. É uma doença perfeitamente prevenível e já há tecnologia para evitá-la. A OMS e OIT lançaram um programa conjunto de erradicação da silicose no ano de 1995.

No período de 06 a 10 de novembro de 2000, a Fundacentro, a Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná e a Fundação Oswaldo Cruz, com apoio da OIT e OMS, além de inúmeras instituições governamentais e não governamentais realizaram o Seminário Internacional sobre Exposição à Sílica - Prevenção e Controle.

A realização do Seminário foi uma iniciativa que veio ao encontro dos objetivos propostos pelo programa internacional para a eliminação global da silicose, pois debateu questões pertinentes à situação da doença no Brasil no enfoque para as medidas de prevenção e controle, procurando identificar e difundir as formas e meios que essas ações e medidas possam ser efetivamente aplicadas e motivar todos os envolvidos com a questão a envidar esforços para que a doença seja cada vez mais um achado raro na nossa sociedade.

Nesse Seminário firmou-se um compromisso de se elaborar um Programa Nacional de Eliminação da Silicose que integre as ações institucionais, principalmente das áreas Saúde, Trabalho e Previdência, garantindo que em seus projetos estratégicos contemple a questão da eliminação da silicose e que considere a possibilidade da contribuição da Organização Mundial da Saúde, Organização Internacional do Trabalho, convênios de cooperação técnica com outros países e ainda a participação dos demais atores sociais envolvidos na questão.

Ainda no Paraná, Resolução do Conselho Estadual de Saúde, de 1997, concedeu prazo às empresas que se utilizavam da sílica para que substituíssem a tecnologia por uma adequada. Passados esses anos todos, persiste em grande número de casos o uso desta tecnologia nociva. É chegada a hora de avançar proibindo-a em lei.

Desta forma, a Assembléia Legislativa do Paraná, acrescenta seus esforços à iniciativa dos organismos internacionais e nacionais e das autoridades da saúde no sentido de prevenir um mal de grande poder nocivo para o ser humano e o meio ambiente.

PROJETO DE LEI Nº 591/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jataizinho, situado na Rua Joaquim Francisco Lopes, nº 684, Centro, Jataizinho-PR, CEP: 86.210-000, CNPJ 95.563.300/0001-95.

Art. 2º - A declaração de Utilidade Pública a que se refere o artigo 1º, será assegurada pelo compromisso dos usuários de manutenção e recuperação das suas instalações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jataizinho é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos que tem por finalidade a defesa e representação dos servidores públicos municipais de Jataizinho-PR, ativos e inativos da administração pública direta e indireta, fundações e autarquias e se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A entidade possui uma sede própria para melhor atender seus associados, oferecendo assessoria jurídica, cesta básica mensal para servidores que possuem salários mais baixos, cursos de informática a preços populares além de lutas por reposição salarial, melhores condições de trabalho e abonos salariais.

Face ao exposto e testemunhas que somos de excelente trabalho desenvolvido pelo referido sindicato, esperamos o devido apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 592/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O presidente da Assembléia Legislativa encaminhará o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, e a resolução que o aprovar, à Procuradoria Geral de Justiça, ou ainda às autoridades administrativas ou judiciais com poder de decisão, conforme o caso, para a prática de atos de sua competência.

Art. 2º - As autoridades a quem for encaminhada a revolução informará ao remetente, no prazo máximo de trinta dias, as providências adotadas ou a justificativa pela omissão.

Parágrafo Único - A autoridade que presidir processo ou procedimento administrativo ou judicial, ilustrado em decorrência de conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito, comunicará, bimestralmente, a fase em que se encontra, até a sua conclusão.

Art. 3º - O processo ou procedimento referido no artigo 2º terá prioridade sobre qualquer outro, exceto sobre aquele relativo a pedido de *habeas corpus*, *habeas data* e mandato de segurança.

Parágrafo Único - A prioridade referida neste artigo também refere-se ao andamento processual e qualquer procedimento em qualquer instância do Poder Judiciário do Estado.

Art. 4º - Os procedimentos adotados pelo Ministério Público, tanto anteriores quanto posteriores à propositura da ação judicial cabível, bem como os

procedimentos adotados por qualquer autoridade Judiciária ou Administrativa, ficam sujeitos a fiscalização da Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e de outras Comissões Permanentes da Assembléia que tenham relação com a matéria objeto da CPI.

Art. 5º- O descumprimento das normas desta lei sujeita a autoridade a sanções administrativas, civis e penais.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Já existe uma lei federal neste sentido, a Lei nº 10.001 de 04.09.2000 (DOU 05.09.2000), que dá prioridade aos procedimentos administrativos e judiciais a serem aplicados em relação ao Relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito juntamente com o projeto de resolução respectivo.

Esta lei garante à Assembléia Legislativa do Paraná uma importante prerrogativa para que a sociedade fique satisfeita com as conclusões da CPI que devem ser levadas a efeito pela Justiça.

Portanto, se o relatório da Comissão trouxer situações de gravidade e com embasamento, então a CPI não pode ser acusada de ter acabado em “pizza”, pois poderá ter a prioridade que merece além de fiscalizar a continuidade, conclusão das investigações por ela motivadas.

PROJETO DE LEI Nº 593/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei nº 11.118, de 30 de junho de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneditina da Providência - ABENP, com sede e foro nesta Capital”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura tem por escopo, alterar a razão social da entidade Sociedade Civil Santa Gemma, declarada de Utilidade Pública, conforme a Lei nº11.118, de 30 de junho de 1995, para Associação Beneditina da Providência - ABENP.

Esta alteração visa cumprir as determinações do novo Código Civil Brasileiro que esclarece em seu “Art. 2031 - As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, terão o prazo de um ano

para se adaptarem às disposições deste Código a partir de sua vigência; igual prazo é concedido aos empresários”. Explica ainda, o Código Civil em seu artigo 53, o seguinte: “Constituem-se associações a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos”.

Em assim sendo, temos a honra de conclamar a união de todos os nobres pares com assento nesta Assembléia Legislativa, para o apoio da proposição que ora apresentamos, em virtude do cunho corretivo.

PROJETO DE LEI Nº 554/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Estadual de Fomento ao Teatro para o Estado do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, com o objetivo de apoiar a manutenção e criação de projetos de trabalho continuado de pesquisa e produção teatral visando o desenvolvimento do teatro e o melhor acesso da população ao mesmo.

Parágrafo Único - A pesquisa mencionada no *caput* deste artigo refere-se às práticas dramatúrgicas ou cênicas mas não se aplica à pesquisa teórica restrita à elaboração de ensaios, teses, monografias e semelhantes, com exceção daquela que se integra organicamente ao projeto artístico.

Art. 2º - O Programa Estadual de Fomento ao Teatro para o Estado do Paraná terá anualmente item próprio no orçamento do Estado do Paraná, com valor nunca inferior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§ 1º - Desse valor, poderá ser utilizado até R\$80.000,00 (oitenta mil reais) para pagamento dos membros da Comissão Julgadora, assessorias técnicas, serviços e despesas decorrentes da execução do Programa.

§ 2º - Os valores de que trata este artigo serão corrigidos anualmente pelo IPCA-IBGE, ou pelo índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º - Sem prejuízo do disposto no artigo 2º - o Programa Estadual de Fomento ao Teatro para o Estado do Paraná, poderá vincular-se e receber recursos provenientes de fundos estaduais existentes ou a serem criados.

Art. 4º - Para a realização do Programa serão selecionados no máximo 40 (quarenta) projetos por ano de pessoas jurídicas, aqui denominadas proponentes, com sede no Estado do Paraná, respeitado o valor total de recursos estabelecido no orçamento.

1º - Os interessados devem se inscrever na Secretaria de Estado da Cultura, ou em local por ela indicado, nos meses de janeiro e junho de cada exercício.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Cultura publicará no Diário Oficial do Estado do Paraná e divulgará por outros meios, até os dias 10 de dezembro e maio, os horários e locais das inscrições, que deverão estar abertas durante todos os dias úteis de janeiro e junho.

§ 3º - Não poderá se inscrever nem concorrer ao programa nenhum órgão ou projeto da Administração Pública direta ou indireta, seja ela municipal, estadual ou federal.

§ 4º - Um mesmo proponente não poderá inscrever mais de 1 (um) projeto no mesmo período de inscrição, com exceção do disposto no parágrafo 5º deste artigo.

§ 5º - Teatros com sede no Estado do Paraná, que congreguem e representem juridicamente núcleos artísticos sem personalidade jurídica própria, podem inscrever 1 (um) projeto em nome de cada um destes núcleos.

Art. 5º - Para efeitos desta lei, entende-se como Núcleo Artístico apenas os artistas e/ou técnicos que se responsabilizem pela fundamentação e execução do projeto, constituindo uma base organizativa com caráter de continuidade.

Art. 6º - As inscrições e julgamento dos projetos serão realizados independentemente da liberação dos recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 7º - No ato da inscrição, o proponente deverá apresentar o projeto em formulário criado pela Secretaria de Estado da Cultura contendo as seguintes informações:

I - Dados cadastrais:

a) data e local;
b) nome, tempo de duração e custo total do projeto;

c) nome da organização, número do CNPJ, endereço eletrônico e telefone;

d) nome do responsável pela pessoa jurídica, número de seu RG e CPF, seu endereço e telefone;

e) nome, endereço e telefone de um contato ou representante do projeto, quando couber;

II - Objetivos a serem alcançados:

III - Justificativa dos objetivos a serem alcançados.

IV - Plano de Trabalho, explicitando seu desenvolvimento e duração, que não poderá ser superior a 6 (seis) meses.

V - Orçamento e cronograma financeiro, que não poderão ultrapassar o teto estipulado pelos editais a serem lançados semestralmente com os seguintes valores:

Edital 1 - Beneficiamento de 20 companhias itinerantes. O orçamento e cronograma físico de cada projeto, poderá chegar ao valor máximo de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) R\$15.000,00 (quinze mil reais) para montagem e mais R\$10.000,00 (dez mil reais) para auxílio viagem.

Edital 2 - Beneficiamento de 20 companhias estáveis. O orçamento e cronograma físico financeiro de cada projeto, poderá chegar ao valor máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo Único - Os editais serão específicos para cada teto máximo estipulado além dos itens padrões discriminados conforme segue abaixo:

a) recursos humanos e materiais;

b) material de consumo;

c) equipamentos;

d) locação;

e) manutenção e administração de espaço;

f) obras;

g) reformas;

h) produção de espetáculos;

i) material gráfico e publicações;

j) divulgação;

k) fotos, gravações e outros suportes de divulgação, pesquisa e documentação;

l) despesas diversas.

VI - Currículo completo do proponente.

VII - Núcleo artístico responsável pelo trabalho com o currículo de seus proponentes.

VIII - Ficha técnica do projeto relacionando as funções a serem exercidas e o nome de artistas e técnicos já confirmados até a data da inscrição.

IX - As seguintes informações quando o projeto envolver produção de espetáculo:

a) argumento, roteiro ou texto teatral com autorização do autor ou da SBAT;

b) proposta de encenação;

c) concepções de cenários, figurinos, iluminação e música quando prontas na data da inscrição;

d) um compromisso de temporada a preços populares discriminando o período das apresentações e o preço dos ingressos.

X - Informações complementares que o proponente julgar necessárias para a avaliação do projeto.

§ 1º - Do incentivo - Os projetos beneficiados pelos editais receberão o valor aprovado em parcela única em até 45 dias após a divulgação do resultado, depositado em conta corrente específica do projeto.

Art. 9º - O julgamento dos projetos, a seleção daqueles que irão compor o Programa Estadual de Fomento ao Teatro para o Estado do Paraná e os valores que cada um receberá serão decididos por uma Comissão Julgadora no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua primeira reunião, determinada pelo artigo 12.

Art. 10 - A Comissão Julgadora será composta por 7 (sete) membros, todos com notório saber em teatro, conforme segue:

I - 4 (quatro) membros nomeados pela Secretaria de Estado da Cultura, que indicará, dentre eles, o presidente da Comissão Julgadora.

II - 3 (três) membros escolhidos conforme artigo 11 desta lei.

§ 1º - Para cada período de inscrição, isto é, novembro e maio de cada ano, será formada uma Comissão Julgadora.

§ 2º - Os integrantes da Comissão Julgadora poderão ser reconduzidos à Comissão Julgadora.

§ 3º - Somente poderão participar da Comissão Julgadora pessoas de notório saber em teatro, com experiência em criação, produção, crítica, pesquisa ou ensino, vedada a indicação ou nomeação de pessoas com atuação restrita à promoção, divulgação ou captação de recursos.

§ 4º - Nenhum membro da Comissão Julgadora poderá participar de projeto concorrente no respectivo período.

§ 5º - Em caso de vacância, o secretário estadual da Cultura completará o quadro da Comissão julgadora, nomeando pessoa de notório saber em teatro.

§ 6º - O secretário estadual da Cultura terá até 3 (três) dias úteis, após o prazo fixado no parágrafo 6º do artigo 11 desta lei, para publicar no Diário Oficial do Estado a constituição da Comissão Julgadora.

Art. 11 - Os 3 (três) membros de que trata o item II do artigo 10 serão escolhidos através de votação.

§ 1º - As entidades de caráter representativo em teatro, de autores, artistas e técnicos, empresários teatrais, sediadas no Estado do Paraná há mais de 3 (três) anos, poderão apresentar à Secretaria de Estado da Cultura, até o dia 15 de janeiro ou 15 de junho de cada exercício, lista indicativa com até sete nomes para composição da Comissão Julgadora.

§ 2º - Cada proponente votará em até 3 (três) nomes das listas mencionadas no parágrafo 1 deste artigo.

§ 3º - Os 3 (três) nomes mais votados nos termos do parágrafo 2º formarão a Comissão julgadora juntamente com o presidente e outros 3 (três) representantes da Secretaria Estadual da Cultura.

§ 4º - Em caso de empate na votação prevista nos parágrafos 2º e 3º, caberá ao secretário estadual da Cultura a escolha dentre aqueles cujos nomes apresentarem empate na votação.

§ 5º - O secretário de Estado da Cultura publicará no Diário Oficial do Estado, e divulgará por outros meios, sua lista de indicações e as listas das entidades, quando houver, até o dia 20 de janeiro ou 20 de junho de cada ano para formação da Comissão nos respectivos períodos.

§ 6º - Encerrado o prazo de inscrição dos projetos, cada proponente terá 2 (dois) dias úteis para entregar seu voto, por escrito, à Secretaria de Estado da Cultura.

§ 7º - A Secretaria de Estado da Cultura deixará à disposição de qualquer interessado, até o final de cada ano, cópia de todos os documentos referentes à formação da Comissão Julgadora.

§ 8º - As indicações mencionadas no parágrafo 1º dependem de concordância dos indicados em participar da Comissão Julgadora, o que será feito através de declaração expressa de cada um conforme modelo a ser fixado pela Secretaria de Estado da Cultura em publicação no Diário Oficial do Estado até 30 (trinta) dias após a promulgação desta lei.

Art. 12 - A Comissão Julgadora fará sua primeira reunião em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação de sua nomeação.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Cultura definirá o local, data e horário da mesma.

§ 2º - Nesta reunião, cada membro receberá da Secretaria de Estado da Cultura uma via dos projetos inscritos e uma cópia desta lei.

Art. 13 - A Secretaria de Estado da Cultura providenciará espaço e apoio para os trabalhos da Comissão, inclusive à assessoria técnica mencionada no parágrafo 7º do artigo 14.

Art. 14 - A Comissão Julgadora terá como critérios para a seleção dos projetos:

I - Os objetivos estabelecidos no artigo desta lei.

II - Planos de ação continuada que não se restrinjam a um evento ou uma obra.

III - A clareza e qualidade das propostas apresentadas.

IV - O interesse cultural.

V - A compatibilidade e qualidade na relação entre prazos, recursos e pessoas envolvidas no plano de trabalho.

VI - A contrapartida social ou benefício à população conforme plano de trabalho.

VII - O compromisso de temporada a preços populares quando o projeto envolver produção de espetáculos.

VIII - A dificuldade de sustentação econômica do projeto no mercado.

§ 1º - Não poderão ser aprovados pela comissão mais de 20 (vinte) projetos referentes às inscrições de janeiro.

§ 2º - Não poderá ser aplicado para os projetos inscritos em janeiro mais de 2/3 (dois terços) dos recursos públicos previstos no orçamento anual do Programa.

§ 3º - A Comissão decidirá sobre o valor do apoio financeiro para cada um dos projetos que selecionar, mas esta importância não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do orçamento apresentado pelo proponente.

§ 4º - A Comissão poderá não utilizar todo o orçamento do Programa se julgar que os projetos apresentados não têm méritos ou não atendem aos objetivos desta lei.

§ 5º - A seleção de um mesmo proponente poderá ser renovada a cada nova inscrição sempre que a Comissão julgar o projeto meritório e uma vez ouvida a Secre-

taria de Estado da Cultura quanto ao andamento do projeto anterior.

§ 6º - A seu critério, a Comissão poderá solicitar esclarecimentos a assessores técnicos para análise dos projetos e seus respectivos orçamentos.

Art. 15 - A Comissão Julgadora tomará suas decisões por maioria simples de votos.

Parágrafo Único - O presidente só tem direito ao voto de desempate.

Art. 16 - Para a seleção de projetos, a Comissão Julgadora decidirá sobre casos não previstos nesta lei.

Art. 17 - A Comissão Julgadora é soberana e não caberá recursos contra suas decisões.

Art. 18 - Até 5 (cinco) dias após o julgamento, a Secretaria de Estado da Cultura deverá notificar os vencedores, que terão o prazo de 5 (cinco) dias, contados após o recebimento da notificação, para se manifestar, por escrito, se aceitam ou desistem da participação no Programa.

§ 1º - A concordância no proponente obriga-o cumprir todo o plano de trabalho apresentado, independentemente do orçamento aprovado pela Comissão Julgadora.

§ 2º - A ausência de manifestação por parte do interessado notificado será tomada como desistência do Programa.

§ 3º - Em caso de desistência, a Comissão Julgadora terá o prazo de 5 (cinco) dias para escolher novos vencedores, repetindo-se o estabelecido no *caput* deste artigo, sem prejuízo para os prazos determinados para a contratação dos demais selecionados e ressalvado o disposto no parágrafo 4º.

§ 4º - A Comissão deverá selecionar novos projetos em substituição aos desistentes, que isso signifique a utilização do total dos recursos disponíveis para o Programa.

Art. 19 - A Secretaria de Estado da Cultura divulgará, homologará e publicará no Diário Oficial do Estado a seleção de projetos da Comissão Julgadora e as alterações previstas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 18.

Parágrafo Único - Os atos mencionados no *caput* deste artigo serão realizados em até 2 (dois) dias úteis após as respectivas decisões da Comissão Julgadora.

Art. 20 - Até 20 (vinte) dias após cada publicação prevista no artigo 19, a Secretaria de Estado da Cultura providenciará a contratação de cada projeto selecionado.

§ 1º - Para a contratação, o proponente será obrigado a entregar à Secretaria de Estado da Cultura certidões negativas de débitos junto ao Poder Público.

§ 2º - Cada projeto selecionado terá um processo independente de contratação, de forma que o impedi-

mento de um não poderá prejudicar o andamento da contratação dos demais.

§ 3º - O objeto e o prazo de cada contrato obedecerão ao plano de trabalho correspondente.

§ 4º - O pagamento da Secretaria de Estado da Cultura a cada contratado, expressamente consignado no respectivo contrato.

Art. 22 - O não cumprimento do projeto tornará inadimplentes o proponente, seus responsáveis legais e os membros do núcleo artístico.

§ 1º - Os proponentes, seus responsáveis legais e os membros dos núcleos artísticos que forem declarados inadimplentes não poderão efetuar qualquer contrato ou receber qualquer apoio dos órgãos estaduais por um período de 5 (cinco) anos, com exceção do disposto no parágrafo 2º.

§ 2º - As penalidades previstas no parágrafo anterior não se aplicam às cooperativas e associações mencionadas no parágrafo 5º do artigo 4º, mas apenas aos núcleos artísticos inadimplentes e seus membros envolvidos nos projetos.

§ 3º - O proponente inadimplente será obrigado a devolver o total das importâncias recebidas do Programa, acrescidas da respectiva atualização monetária.

Art. 23 - A Secretaria de Estado da Cultura averiguará a realização do plano de trabalho a partir dos relatórios apresentados pelos contratados, sendo sua responsabilidade:

I - informar à Comissão Julgadora sobre o andamento de projeto em função do disposto no parágrafo 6º do artigo 14;

II - tomar as medidas necessárias para o cumprimento do artigo 22.

Art. 24 - O contratado deverá fazer constar em todo seu material de divulgação referente ao projeto aprovado os seguintes dizeres: "Programa Estadual de Fomento ao Teatro para o Estado do Paraná".

Art. 25 - As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, que deverão constar da Lei Orçamentária Anual.

Art. 26 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, sendo que contará com plena eficácia no exercício de 2004 ou no exercício subsequente, com a estipulação, pelo Poder Executivo Estadual, das dotações financeiras e/ou incentivos fiscais necessários a sua plena execução.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A arte - expressão da cultura de um povo, nos ensina a história da civilização - é a manifestação do

espírito do ser humano, a manifestação do que nele há de melhor e de mais rico. Na atualidade, uma das principais formas de expressão da arte humana se faz através das ditas Artes Cênicas, do qual o teatro é a sua mais conhecida expressão. Mais do que forma de expressão cultural, o teatro em especial assume, ainda, importância ímpar no processo de consolidação da identidade cultural de uma sociedade, resguardando a capacidade de expressão das culturas regionais. De outra face, o fomento à expressão teatral cimenta a identidade cultural da sociedade, possibilita o fortalecimento da cultura local - principal vítima da globalização cultural, na expressão de Octávio Ianni - e possibilita, ainda, formação de profissionais habilitados e de um “mercado” de cultura que valorize o processo de criação cultural. Fortalece, tanto individual como coletivamente, a auto-estima tanto dos cidadãos envolvidos com a produção cultural quando possibilita a relação direta entre os grupos sociais que se relacionam com a produção cultural e a cidadania geral.

O Estado do Paraná, mercê do desempenho primoroso dos seus atores e produtores de artes cênicas, é um dos poucos Estados brasileiros que ainda não adotou o mecanismo estadual de incentivo específico às artes cênicas, também como forma de incentivo à essa forma de produção cultural. Essa forma de iniciativa, demais de adequada a finalidade social imposta como dever do Estado, ainda democratiza o processo de acesso aos benefícios do apoio público aos vários órgãos de produção de cultura, eis que viabiliza o apoio do Estado mediante transparente e público debate acerca da concessão de benefícios. O maior exemplo do sucesso das “leis de incentivo”, inclusive, podem ser verificados do processo de efervescência produtiva que, atualmente, perpassa o cinema brasileiro, com diversas produções de nível internacional que, atualmente, vem expandindo os horizontes da cultura brasileira em todo o mundo.

Assim sendo, a presente lei - dando tratamento diferenciado às Artes Cênicas, com a instituição de um Programa Estadual de Fomento ao Teatro no Paraná - permitirá específico incentivo para os grupos teatrais e para os profissionais da área. A concessão de prêmios e apoio para a realização de projetos de produção cultural de artes cênicas, mesmo se visto sob a pobre ótica do investimento-retorno, apresenta resultados positivos, eis que a realização de projetos culturais em verdade viabiliza toda uma mobilização de fatores que redundam em ampla vantagem para a população, seja sob a ótica da realização da cidadania cultural, seja inclusive sob o prisma da promoção de empregos.

No que pertine à competência, o presente projeto insere-se, no aspecto técnico-jurídico, no exercício das competências comuns entre União, Estados e Municípios, na forma dos incisos IX do artigo 24 da Constituição Federal.¹ Não obstante, inexistente reserva de iniciativa

do Exercício no projeto em exame, eis que a hipótese não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, restando expressa tal possibilidade de iniciativa em face dos hialinos termos do inciso XVII do artigo 53 da nossa Constituição Regional, que dispõe:

“Art 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria de legislação concorrente de que trata o artigo 24 da Constituição Federal”.

Assim, e a toda evidência, evidentemente afirmada a competência para a proposição do presente projeto. Por fim, tampouco há que se opor qualquer óbice de natureza orçamentária e financeira ao presente projeto. De início, verifica-se que a presente lei, ainda que possa ver vigência e plena eficácia com sua promulgação, só exercerá seus efeitos financeiros sobre as Finanças Estaduais - mediante prévia dotação orçamentária para fins de repasse dos recursos necessários à realização do Programa Estadual de Incentivo ao Fomento do Estado do Paraná - no próximo exercício, atendido, com isto, o exigido pelos incisos I e II do artigo 167 da Constituição Federal.² E, de todo modo, só poder-se-á realizar tal despesa mediante o prévio estudo de impacto orçamentário e financeiro previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101/2000.

Em conclusão, a lei ora proposta, completando os elementos fundamentais de resguardo e afirmação da cidadania cultural dos paranaenses, merecerá, certamente, desta Casa de Leis não só apoio como aprovação, em face do inescusável compromisso dos deputados paranaenses com as necessidades mais prementes da população do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 595/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mães Estrelas, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

1. ‘Art. 24 - Compete á União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto”;

2. “Art. 167 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação de Mães Estrelas, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do município de Curitiba, promovendo e contribuindo para a formação e desenvolvimento humano, cultural, social, econômico, bem como o bem-estar da comunidade.

Dentre os principais objetivos da Associação, temos a colaboração com o poder público, conselhos e outras entidades existentes na comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 596/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Amigas Voluntárias Santalenenses, com sede e foro no município de Santa Helena.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Amigas Voluntárias de Santa Helena, fundada em 15 de maio de 2001, sob forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, tendo como objetivos e finalidades: representar a comunidade perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, para atender as necessidades do bem-estar social, informar a população sobre os seus direitos e deveres, verbalmente, em reuniões comunitárias e através dos meios de comunicação, realizar e apoiar campanhas sócio-educativas e filantrópicas, e desenvolver atividades de esporte, lazer e cultura.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 595/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o inciso XIII, do artigo 155, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, que estabeleceu a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155.....

I -

XIII - residir, se promotor titular, na respectiva comarca;”

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei complementar, com o objetivo de alterar o inciso XIII do artigo 155, da Lei Complementar nº 85, que estabeleceu a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado, atendendo solicitação feita pela Dra. Maria Tereza Uille Gomes, procuradora-geral da Justiça do Colégio de Procuradores da Justiça.

O dispositivo, a ser alterado, estabelece como dever dos membros da instituição:

“XIII - residir, se promotor titular, na respectiva comarca, e se procurador da justiça, no local da sede da Procuradoria-Geral da Justiça;”

Inicialmente é de se observar que tal disposição, no que dispõe aos procuradores da Justiça, não encontra identidade com regras da Constituição Federal ou da Lei Orgânica do Ministério Público, bem como da Constituição Estadual.

Verifica-se, apenas, a existência de disposições específicas a promotores da Justiça, que deverão residir na comarca de respectiva lotação.

Mesmo porque os procuradores da Justiça, não são lotados em Comarcas, mas sim em Procuradorias, que têm âmbito de atuação estadual e não limitados a comarcas específicas.

Deve ser lembrado, também, que o Estatuto Estadual da Magistratura não apresenta semelhante disposição para os seus membros de 2º grau, estatuinto a lei dispositivo apenas para magistrados de primeira instância.

Pode-se, por isso, argumentar que não existindo a regra de residência para procuradores da Justiça nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Lei Orgânica Nacional, a Lei Orgânica Estadual estaria em falta de sincronia com as normas nas quais deveria se espelhar e por isso o dispositivo seria inconstitucional e inaplicável, pois a lei estadual estaria estabelecendo um dever inexistente nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica Nacional.

Assim, enquanto para o promotor da Justiça a residência na Comarca é essencial para o desempenho de seu ofício, pois precisa estar em contato constante com a comunidade e presente em seu gabinete para atendimento ao público e às audiências, o mesmo não ocorre com os procuradores da Justiça.

Em relação a estes, basta que profiram seus pronunciamentos nos processos em grau de recurso e compareçam às Sessões que lhe forem atribuídas perante os tribunais, não sendo assim necessária a sua presença diu-

turna na sede da Procuradoria Geral, bastando que possuam junto a esta uma vinculação que lhes permita desempenhar aquelas funções, mesmo que não se trate de uma residência.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passa-se ao horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao senhor deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, a imprensa aqui presente, convidados, é com muita tristeza e pesar que em nome do PTB aqui do Paraná, em nome da nossa liderança aqui nesta Casa, em nome do deputado Carlos Simões, em nome do nosso deputado, Pastor Ailton, nós estamos aqui nesta tribuna exatamente para registrar este trágico falecimento do deputado José Carlos Martinez, no final de semana, e que de forma imprevista mexe com os sentimentos do povo do Paraná e do Brasil pela liderança que o deputado Martinez atingiu a nível de Estado e a nível de Brasil, sendo um dos maiores líderes do PTB, com a sua coerência, com a sua responsabilidade e, principalmente, com a sua liderança, chegou à Presidência máxima do PTB a nível nacional.

E neste momento os deputados federais, a grande maioria, já está em Curitiba e segundo informações que recebemos o corpo deverá ser retirado por volta de quatro a cinco horas lá na região de Guaratuba e deverá chegar aqui na Assembléia por volta de seis, sete horas da noite, quem sabe um pouquinho mais tarde. Mas é um momento de muita tristeza para o povo do Paraná, porque perdemos, sem dúvida nenhuma, um líder, um homem que lutava pelo Estado do Paraná, um homem que dispunha de uma grande liderança a nível nacional, conquistada pela sua experiência, e conquistada, principalmente, pelo seu trabalho. Era um homem que trabalhava sempre a cem por hora e que muitas vezes, como o caso deste acidente, colocava em risco a vida, principalmente fazendo aquilo que ele mais gostava, de trabalhar pelo povo. Se há um consolo, esse consolo é que o deputado José Carlos Martinez morreu fazendo exatamente aquilo que ele queria - trabalhar, estar perto do povo e, principalmente, um aventureiro como todos nós o conhecíamos.

Para nós, do PTB do Paraná, em nome do presidente do Partido no Estado, deputado federal Íris Simões, em nome de todos os deputados federais, há um sentimento de tristeza no ar, há um sentimento dos familiares, de toda a família, desse homem que ajudou a projetar também o Paraná com a sua rede de TV, a única televisão no eixo Rio/São Paulo que funcionava em rede nacional, que daqui a pouco o deputado Barbosa Neto, como funcionário dessa empresa, vai falar a respeito dessa empreitada gigantesca que o Martinez fez a nível de Brasil.

Por isso, não é porque morreu tragicamente, mas deve ser respeitado como um político que trabalhou muito, que enfrentou muitos problemas, que foi polêmico, que diversas vezes passou por momentos difíceis e que muitos pensaram que tinham acabado com o Martinez, mas ele deu a volta por cima, e sempre trabalhou por interesse principalmente dos municípios. A ele se devem muitas obras colocadas neste Estado do Paraná e a ele também se deve a construção de inúmeros projetos que melhoraram este País. Sempre na liderança do PTB, fazendo do Partido um grande Partido a nível nacional.

Fica agora uma lacuna no Partido Trabalhista Brasileiro. E o Paraná perdeu a sua Presidência, porque a Presidência era comandada pelo paranaense que conseguiu se impor com o seu discurso democrático e abrindo Partido para o Brasil inteiro. Sendo que o PTB foi o Partido que mais cresceu nos últimos tempos, foi o Partido do Brasil que mais deputados teve que vieram para a Bancada. Isso deve-se à liderança e o trabalho do deputado José Carlos Martinez ao qual nesse momento queremos em nome do PTB do Paraná prestar essa homenagem, homenagem com simplicidade, mas a lembrança de um homem que trabalhou por muito tempo sempre pensando no Paraná. Um homem que deixou de lado as suas divergências políticas, nunca teve raiva de ninguém apesar de todas as dificuldades que teve. E sempre lutou pelo Estado do Paraná e que fique registrado nesta Assembléia, onde haveremos de fazer o seu velório no dia de hoje no final da tarde e amanhã, de que o deputado José Carlos Martinez foi um paranaense que sempre defendeu os interesses do Paraná, dos municípios e principalmente do povo.

Muito obrigado senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança do PFL o senhor deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente e senhores deputados. Na verdade, senhores deputados, tinha preparado hoje um pronunciamento para fazer desta tribuna em homenagem ao José Carlos Gomes de Carvalho, o nosso Carvalhinho. Mas, diante do entendimento mantido com a presidência desta Casa e as lideranças que compõem a Bancada de Oposição e a Bancada de Governo, esta Sessão de hoje foi transformada no seu Horário das Lideranças apenas para fazer homenagem ao nosso sempre querido deputado José Carlos Martinez.

(Lê):

“Preparei meu discurso em homenagem a José Carlos Gomes de Carvalho, mas quis Deus, neste espaço de preparação, levar também, de modo trágico e prematuro, o deputado federal, José Carlos Martinez.

Quatro vezes deputado federal e candidato a governador. Disputou com grandeza o primeiro e o segundo

turnos. Perdeu as eleições, mas não perdeu a postura e a compostura de homem público, sério, hábil e honrado.

Como candidato ao governo, não se despiu da ética. Procurou em todos os momentos, sem rancor e ressentimentos, direcionar a campanha, no mais alto nível. Em vez de alimentar o ódio, logo após, recolheu-se.

Sempre atento e sensível às causas nacionais e paranaenses. Nunca deixou de ser insensível, igualmente, às causas sociais e dentro desse contexto e espírito, comandava o PTB.

O caminho para o entendimento é sempre estreito, mas ele existe. Era sua visão. Percorria todos os caminhos para o entendimento.

Somo-me, portanto, à dor dos familiares, dos mais próximos e dos paranaenses, por essa perda prematura e irreparável.

Ninguém pode duvidar das boas intenções do presidente do PTB. Tratava-se de político correto e por isso, consternado e já com saudade, sofro a amargura de mais uma despedida.”

Por isso, senhor presidente e senhores deputados, no Horário da Liderança do nosso Partido PFL, em nome dos deputados Plauto Miró Guimarães, Nelson Justus e Durval Amaral, nos somamos às dores da família do deputado José Carlos Martinez e, como já disse, da família paranaense por esta perda.

Ele se dirigia para o litoral paranaense e catariense e, com sua aeronave, chocou-se com uma montanha e não se sabe a causa. Além do deputado José Carlos Martinez, também perderam suas vidas André Surugi, um empresário, um homem de grande confiança e com quem José Carlos Martinez tinha estreitas ligações de amizade e de convívio. Além de André Surugi, também morreram neste acidente, João Luiz que, diga-se de passagem, era uma pessoa que conhecíamos há muitos anos, pois já recebi a ele e seus familiares, na cidade que represento aqui nesta Casa, Marechal Cândido Rondon. Filho de dona Mariza, uma das senhoras muito bem quistas lá no nosso município; e também o piloto Cláudio da Luz.

A todas essas pessoas que perderam a vida nesse trágico acidente, deixando enlutado, sem sombra de dúvida, também, o Poder Legislativo do Estado do Paraná. Porque José Carlos Martinez foi um político do nosso Estado, com uma grande projeção a nível nacional, pela forma como ele estava conduzindo o seu Partido, o PTB, a nível nacional, e conduzindo, desta forma, também o seu partido nos mais diversos Estados.

Deixa, então, José Carlos Martinez enlutada toda a família petebista do nosso Brasil e deixa enlutado o Congresso Nacional e deixa enlutada a política do nosso país, em especial, a do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhores deputados. O Estado do Paraná perde, de forma trágica, uma das grandes lideranças políticas do nosso Estado. A morte prematura do deputado federal José Carlos Martinez representa uma perda irreparável para o nosso Estado e para o nosso país. Político inteligente, exímio articulador e líder nato, soube agir com rara sabedoria diante das mudanças políticas ocorridas na atualidade brasileira. Como líder partidário, conseguiu em curto espaço de tempo, fazer do seu partido o PTB uma força política de expressiva relevância para a governabilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas quero também, lembrar, o homem empresário José Carlos Martinez, pai de família, que deixa o Oscarzinho, o Rodrigo, a Priscila, a Mônica, a esposa dona Beatriz.

Filho do Dr. Oscar Martinez, um outro desbravador. José Carlos de Castro Martinez que nasceu em São Paulo no dia 23 de maio e que havia, nesta data, completado 55 anos de idade. Um homem positivo, sempre disposto a dar oportunidades para aqueles que, como eu, o procuraram e o procuraram em busca de espaço num mundo tão hermético e concorrido na televisão. Aliás, a minha entrada na vida política como candidato a deputado estadual em 1998, devo a José Carlos Martinez. Um empresário combativo e como disse o deputado Jocelito Canto, lutou com honra pela criação de uma Rede Nacional de televisão, a única com sede no Estado do Paraná, atraindo dessa forma para si a ira dos barões da comunicação do nosso país.

José Carlos Martinez foi um vencedor. Perdeu a eleição para o Governo do Estado em 1990 num dos grandes estelionatos eleitorais deste país. Altivo e obstinado soube sempre se manter firme na busca de seus ideais e como tal granjeou respeito e admiração dos seus mais ferrenhos adversários todos unânimes em admitir que no coração de Martinez não cabia espaço para o rancor, para o ódio e para a mágoa. E hoje juntamente com seus familiares e amigos, pranteamos a sua partida, mas também rendemos a nossa homenagem pela sua contribuição e pelo seu exemplo como político, como empresário das comunicações, e acima de tudo, como um amigo, um visionário do seu tempo, que ousou erguer uma rede de comunicação que até hoje orgulha a todos nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PT. Com a palavra deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados, igualmente como outros partidos, venho em nome do PT e também em nome do governador Roberto Requião, externar a nossa tristeza e os nossos pêsames pela morte do José Carlos Martinez, presidente do PTB Nacional, político conhecido de todos nós aqui no Estado do Paraná, entris-

tece não apenas a classe política, mas a todos nós paranaenses a forma trágica como perdemos José Carlos.

Quem conhecia José Carlos poderia ter as diferenças políticas, mas quem o conhecia pessoalmente sabia a forma carinhosa e respeitosa com que ele tratava todos os seus adversários políticos e todos os que o cercavam.

Então o Paraná neste momento está de luto, deixamos aqui o nosso sentimento de pesar e esperamos que a família supere essa perda irreparável, que é a perda de um pai, perda de um irmão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PMDB.

(**Declina**)

Horário das Lideranças, do Governo e Lideranças da Oposição.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 033/2003, subscrita pelo governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar Fundo Rotativo em cada um dos estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual, nos Núcleos Regionais de Educação, nas Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação e nas Delegacias de Polícia, cuja prestação de contas será feita perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na forma e prazos que especifica. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do deputado Doutor Luciano, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que institui o sistema de bônus pecuniários e de pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar em casos de apreensão de armas. EMENDAS DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA Nº 02 E CONTRÁRIAS ÀS DE NºS 01 E 03.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 295/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ratinho Júnior, foi apresentado nesta Assembleia Legislativa no dia 28 de maio de 2003, tendo sido encaminhado para esta Comissão de Constituição e Justiça no dia 12 de junho de 2003, onde foi distribuído para ser relatado pelo eminente deputado Delegado Bradock.

O relator apresentou seu parecer na primeira sessão seguinte, dia 17 de junho de 2003, opinando contrário à sua legalidade e constitucionalidade, e sugerindo a sua transformação em Indicação, porém antes do parecer ser colocado em votação o deputado Jocelito Canto pediu vistas. Na sessão seguinte, dia 24 de junho de 2003, acatando sugestão de membros desta CCJ, o autor da proposição pediu a retirada do projeto.

No entanto, no dia 25 de agosto próximo passado a proposição foi incluída na Ordem do Dia, para votação em Plenária, sob alegação de que o projeto não teria sido ainda apreciado na Comissão de Constituição e Justiça, em que pese ter sido aprovado regime de urgência para o mesmo.

De fato um pedido de urgência foi apresentado junto com a apresentação da proposição, porém, como

acima relatado, a tramitação do projeto foi suspensa a pedido do próprio autor. Desta forma, a constitucionalidade não foi apreciada em Plenária na sessão do dia 25 de agosto de 2003 e remetida a esta CCJ, onde foi recebida no dia 2 de agosto de 2003.

No entanto, no dia seguinte, dia 3 de setembro de 2003, o projeto novamente constou na Ordem do Dia, em forma de autos restaurados.

Desta forma, a proposição foi aprovada em primeira discussão de Plenária, inobstante diversos votos em contrário, inclusive deste relator, por entender haver vício de iniciativa na proposição.

Portanto a constitucionalidade do projeto original já foi apreciada e aprovada, na Sessão Plenária do dia 3 de setembro de 2003.

Entretanto o projeto recebeu três emendas de Plenária, o que importou na remessa do mesmo a esta Comissão de Constituição e Justiça, unicamente para apreciar a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade das três emendas proposta.

O ilustre deputado Delegado Bradock apresentou duas emendas, uma aditiva e outra substitutiva, as quais receberam a numeração de primeira e terceira emendas de Plenária, enquanto o ilustre deputado Durval Amaral apresentou uma emenda, de caráter aditivo, numerada de número dois.

Este é o relatório.

Voto e Fundamentação

A primeira emenda, apresentada pelo ilustre deputado Delegado Bradock, propõe seja acrescido ao projeto um artigo, com a seguinte redação:

“A pontuação de que trata o artigo primeiro será regulamentada posteriormente para fins de promoção de acordo com a realidade de cada corporação policial.”

Entendemos que instituir pontuação para merecimento como já figura no artigo primeiro do projeto original é matéria do estatuto, e mesmo que seja incluída em lei avulsa, como a presente proposição, regulará de forma complementar o Plano de Carreira de Servidor Público Estadual, cuja iniciativa é prerrogativa exclusiva do Executivo, por isso manifestamo-nos, já na apreciação do projeto original contrários à sua constitucionalidade, por razões de vício de iniciativa.

Embora este Legislativo seja uma Casa eminentemente política, como muito se propalou, oportuno dizer que cabe aos legisladores observar criteriosamente eventuais prejuízos que uma norma que contenha vício de iniciativa pode causar para os pretensos beneficiados, pois, ainda que o Executivo venha a sancionar uma norma com tal defeito, pode ocorrer oportunamente a alegação do mencionado impedimento, resultando na invalidação da norma e de todos os atos eventualmente praticados com fundamento nesta. Estas vicissitudes devem ser, na medida do possível, previstas e evitadas, para exatamente melhor atender os anseios do segmento de cidadãos a ser beneficiado.

Se o Executivo já se manifestou favorável à iniciativa, não seria mais prudente que a proposição partisse do Executivo, evitando-se assim eventual futura ação direta de inconstitucionalidade, que pode, por exemplo, ser proposta por uma nova administração estadual, como já ocorreu com muitos outros “direitos” instituídos, por iniciativa deste Legislativo? Ou então a norma simplesmente não ser observada pela administração e, por ocasião de eventual ajuizamento de uma ação de cumprimento de norma ou medida equivalente, aquela invocar a sua inconstitucionalidade no caso concreto, alegando vício de iniciativa. E assim frustraríamos a população, confundindo-os muitas vezes inclusive quanto ao mérito da proposição, pois quando o Judiciário reconhece a existência de falha formal em determinada norma, como em caso de “vício de iniciativa”, há os que propagam que o referido direito não pode ser instituído, fazendo confusão quanto ao mérito, quando não quanto à própria moralidade da proposição. Apenas como exemplo, cita-se o caso da “gratificação por dedicação integral e exclusiva aos servidores do Estado do Paraná”, o caso “das eleições dos diretores das escolas públicas estaduais”, o caso “da taxa do esgoto” e ainda recentemente a “isenção de taxa do Detran” (Lei Estadual nº 13.279, de 11 de outubro de 2001, ADIN nº 2644 do STF).

A proposição, via Indicação, deve ser reconhecida como medida eficaz e valorizada como medida política quanto à autoria da proposição, discutida profundamente quanto ao mérito nas Comissões competentes e no próprio plenário e, depois de encaminhada ao Executivo, exigida uma manifestação fundamentada deste, fazendo-se o devido debate, para fins de convencer, a quem de direito competir, o encaminhamento de mensagem em forma de anteprojeto de lei. Assim estaremos fazendo política na verdadeira acepção da palavra e dando segurança jurídica à população representada neste parlamento.

A segunda emenda, de caráter aditiva, apresentada pelo eminente deputado Durval Amaral, acrescenta parágrafo único ao artigo primeiro, estendendo a gratificação para todo cidadão, posto que antes era limitada aos integrantes da Polícia Civil e Militar, com a seguinte redação:

Parágrafo Único - O bônus pecuniário previsto no *caput* deste artigo aplica-se também, a todo cidadão que, voluntariamente entregar arma de fogo, cuja posse detenha a qualquer título.”

Considerando que não está sob análise a constitucionalidade do projeto de lei original, já analisando em Sessão como antes mencionado, mas apenas as emendas, não vislumbramos impedimento de ordem constitucional ou legal quanto à presente emenda, nem mesmo de iniciativa, pois cabe a este Legislativo propor lei que beneficie a população em geral, ao contrário de instituir benefício de ordem estatutária restrita para uma parcela de servidores públicos estaduais.

Quanto ao impacto financeiro da medida, o que exigiria observância na legislação orçamentária e de res-

ponsabilidade fiscal, considerando que a proposição não estabelece valores (ao contrário do propalado na imprensa, o Executivo estabelecer o valor do bônus pecuniário a ser concedido, não há reparos de ordem legal neste sentido para impedir o recebimento da emenda proposta.

Apenas temos que questionar questão de mérito, que não é medida a ser analisada nesta Comissão, é quanto a não restrição de quem pode se beneficiar com a proposta, pois no texto da proposição não se restringe que sejam cidadãos paranaenses, ou melhor, os que comprovassem serem eleitores no Estado do Paraná. Porém eventualmente esta limitação deve ser incluída, se assim entender devido, pela Comissão de Segurança, onde, entendemos, a emenda deve também receber parecer de mérito.

Acatamos, portanto, quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade, a segunda emenda apresentada, para fins de acrescentar o parágrafo único ao artigo primeiro do projeto, na forma redigida na emenda.

A terceira emenda, apresentada também pelo deputado Delegado Bradock, propõe uma nova redação ao artigo quarto do projeto que originalmente dispõe que:

“Art. 4º - Mediante decreto, o Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de até 60 dias a contar da data de sua publicação, definindo a forma de concessão de bônus e os seus valores financeiros, assim como a sistemática de pontuação para fins descritos no artigo 1º”.

Esta redação, o ilustre proponente pretende seja substituída, através de sua emenda ora em análise, pela seguinte redação:

“Art. 4º - Cada policial civil ou militar que compor a equipe responsável pela apreensão das armas de fogo mencionadas no artigo 1º, receberá como recompensa o valor equivalente a um salário-mínimo.

Parágrafo Único - Considerar-se-á equipe responsável todos os policiais civis e militares que participarem da apreensão, inclusive o delegado de polícia que lavrar o auto, o escrivão de polícia que laborar no feito e o plantonista que receber a ocorrência, num número máximo de seis (06) integrantes.”

Ao instituir um valor na lei de um salário-mínimo ao invés de deixar que este valor seja fixado pelo Executivo, entendemos que a proposta ora apresentada em forma de emenda também apresenta vício de ordem forma, como já acima fundamentado.

Ademais, estender para até seis beneficiados o bônus pecuniário a ser concedido para cada arma apreendida, multiplicando em até seiscentos por cento o custo do benefício, considerando ainda que a proposta jamais considerou o valor de um salário-mínimo, sem qualquer impacto de ordem financeira que a medida acarretará, importa na impossibilidade de receber a emenda proposta.

Entendemos que deve permanecer a forma da redação original do projeto, caberá ao Executivo regulamen-

tar o valor desta retribuição pecuniária, bem como a forma de concessão do bônus.

Conclusão

Diante do exposto somos pelo parecer favorável à Emenda de Plenária de nº 2 e rejeição das demais, quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das emendas apresentadas em plenária.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Está em votação o projeto ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo. Emendas de Plenário, sendo que a Emenda nº 02 tem parecer favorável da CCJ.

Emendas 1 e 3 pareceres contrários.

Está em votação a Emenda que teve parecer favorável da CCJ. **Aprovada.**

Votar em conjunto as emendas 1 e 3 que tiverem pareceres contrários à CCJ. **Rejeitadas.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a ONG SOS Cultura, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/2003, de autoria do deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Educação Infantil - ABAC, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a AMAST - Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Habitacional Santa Terezinha com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Adquirentes de Imóveis Financiados - ASSAIF, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utili-

dade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Alto Atuba, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o CTG - Centro de Tradições Gaúchas "Porteira do Norte", com sede e foro na Comarca de Wenceslau Braz. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos Três Bairros, com sede e foro no município de Rio Negro. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que define diretrizes para a política de Assistência Integral aos portadores da doença de Parkinson no âmbito do Sistema de Saúde - SUS. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a ACIAC - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cruzeiro do Sul, com sede em Cruzeiro do Oeste e foro em Paranacity. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado, o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa de Nazaré, com sede e foro no município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Pachelli, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro D'Oeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Maria Vicentina, com sede e foro no município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

idade Pública a Associação Beneficente Juventude Maria Vicentina, com sede e foro no município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Ucraniana e Amigos de Nova Cantu, com sede em Nova Cantu e foro em Campina da Lagoa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros do Rosário do Ivaí, com sede no município de Rosário do Ivaí e foro na Comarca de Grande Rios. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 006/2003, de 17/03/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 108/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros, com sede no município de Rosário do Ivaí e foro na Comarca de Grande Rios.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI- Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 108/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros, com sede no município de Rosário do Ivaí e foro no município de Grandes Rios.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI- Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro São Pedro, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 508/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro São Pedro, com sede e foro no município de Formosa do Oeste.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI- Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Santa Terezinha - AMCST, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 509/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Santa Terezinha - AMCST, com sede e foro no município de Formosa do Oeste.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI- Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Leonilda Obadowski Prado - Educação Infantil com sede e foro no município de Moreira Sales. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 518/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Obadowski Prado - Ensino Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI- Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 518/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Obadowski Prado - Ensino Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI- Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Maternal de Sarandi - AMAS, com sede e foro no município de Sarandi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 525/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria da deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Associação Maternal de Sarandi - AMAS, com sede no município de Sarandi e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI- Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 525/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maternal de Sarandi - AMAS, com sede no município de Sarandi e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI- Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 016/2003, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que propõe a adoção de desconto e/ou isenção no valor das faturas de energia elétrica para entidades de assistência social reconhecidas de Utilidade Pública. **PARECER FAVORÁVEL DA CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 031/2003, de 12/05/2003)**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 16/2003

P A R E C E R :

A Indicação nº 16/2003, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que tem por escopo sugerir a adoção de desconto ou isenção no valor das faturas de energia elétrica para as entidades de assistência social reconhecidas como de Utilidade Pública.

A justificativa que dá azo à adoção da indicação ora sopesada, menciona que, em face às dificuldades sofridas pelas entidades que prestam atividades de assistência social, sua manutenção vem se tornando cada vez mais dificultosa, e o acatamento da medida em questão de desconto ou isenção das taxas de energia elétrica para entidades de Utilidade Pública certamente minimizará as despesas desses institutos.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Ademais, tendo em vista que as sociedades ou associações reconhecidas de Utilidade Pública prestam atividades de notável relevância ao Estado, deveria este assisti-las de alguma forma, para que haja a manutenção destes serviços de grande valor social.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 21

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 021/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que propõe a remissão de créditos tributários relativos ao IPVA, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a duzentos reais. **PARECER FAVORÁVEL DA CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2003, de 14/05/2003)**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 021/2003

P A R E C E R :

A Indicação nº 21/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que tem por escopo sugerir a remissão de créditos tributários relativos ao IPVA cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a duzentos reais.

A justificativa que dá razão ao deferimento da indicação ora ponderada, alude que, as dívidas provenientes de Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, iguais ou inferiores a R\$200,00 (duzentos reais), estariam impossibilitando, muitas vezes, os indivíduos que utilizam veículos automotores para trabalhar, de exercer suas atividades laborativas.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável tendo em vista as razões acima elencadas.

Devemos citar ainda que, financeiramente, esta remissão torna-se viável, tendo em vista que importa em maior benefício para o Estado, já que o passivo que virá a sofrer não será de vultuosa monta, e de quebra estará prestando auxílio aos seus cidadãos.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 22

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 066/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que propõe adoção de medidas relativas ao crescimento do Cefet-PR em Universidade Tecnológica Federal. **PARECER FAVORÁVEL DA CECE. Aprovada. (Publ. no DA nº 057/2003, de 06/08/2003)**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
INDICAÇÃO Nº 66/2003

P A R E C E R :

Neste ano do sesquicentenário do Paraná, a proposta do nobre deputado Hermes Fonseca soma sua oportunidade aos anseios da população de todo o Estado.

Se o Governo Federal materializar o que já prometia o governo anterior, será marco para a história e a educação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 23

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 075/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que propõe a criação de um programa denominado “Sociedade, Esporte e Educação, como geradores de vida saudável e formação de cidadãos”. PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovada. (Publ. no DA nº 063/2003, de 25/08/2003)**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
INDICAÇÃO Nº 075/2003

P A R E C E R :

Do Projeto

A presente indicação, de autoria do deputado Reni Pereira, visa reivindicar a criação de programa denominado “Sociedade, Esporte e Educação como geradores de vida saudável e formação de cidadãos”.

Na justificativa, o autor indica que cada vez mais se materializa a necessidade da criação de programa e projetos de representem um acréscimo de na qualidade de vida dos cidadãos.

Do parecer

O artigo 128 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa define a indicação como sendo “proposição de qualquer deputado, sugerindo a manifestação da assembléia ou de suas Comissões sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo”. O parágrafo 3º do artigo 128, por seu turno afirma que: “as indicações independem de qualquer julgamento preliminar da Assembléia”.

Do voto

Do exposto, a indicação deve receber todos os elogios da Assembléia Legislativa, assim como deve ser processado junto aos órgãos competentes do Poder Executivo para que seja contemplado o pleito contido na indicação.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

ITEM 24

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 087/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que propõe ao governador do Estado a adoção de medida que protejam a remuneração dos servidores públicos garantindo os efeitos da Lei nº 6.174/70, artigo 168. PARECER FAVORÁVEL DA CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 067/2003, de 02.09.2003).**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 087/2003

P A R E C E R :

Relatório

A presente indicação, de autoria do nobre deputado Barbosa Neto, propõe ao governador do Estado, a adoção de medidas que protejam a remuneração dos servidores públicos, garantindo os efeitos do art. 168, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Fundamentação

Chamada a opinar, a Comissão de Finanças encontra enormes méritos na proposição, entendendo que é urgente uma medida que venha proteger a remuneração dos servidores públicos, garantindo a subsistência do servidor e de sua família.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável à Indicação nº 08/73, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2172 a 2175, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2177 e 2178, de autoria da deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2179 a 2186, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2187, 2188, 2189, 2193 e 2194, de autoria do deputado Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2199 e 2200, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2202 e 2203, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2206 e 2207, de autoria dos deputados Natálio Stica e Hermas Brandão constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2208, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2209, de autoria do deputado Natálio Stica, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2210, 2211 e 2213, de autoria do deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2192, 2191 e 2217 de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2218, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2219, de autoria do deputado Antonio Anibelli, com apoio dos deputados Ademir Bier, Cleiton Kielse, José Maria Ferreira e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2220 a 2223, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2224 de autoria do deputado Neivo Beraldin, com apoio dos deputados Waldir Leite, Fernando Ribas Carli, Delegado Bradock e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2225, 2226 e 2227, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2228, de autoria dos deputados Ailton Araújo, Carlos Simões, e Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2229 e 2230, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2231, de autoria dos deputados Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2233, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07 de outubro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 033, 039, 230, 245, 257, 262, 353 e 388/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 077, 276, 295 e 345/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 108, 508, 509, 518 e 525/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 061/2003

Prover os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão junto ao gabinete da Liderança do PSB, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

CARLOS HOMERO GIACOMINI - DAS-5
LINEU EDISON TOMASS - DAS-5
CYNTIA ASTURIAN LAPORTE
CICERO PAULINO
SIMONE DA GRAÇA CHAGAS LIMA
VALDERES APARECIDA HALLU
MARCELO MOREIRA DE SOUZA
JANAINA SANTANA PINHEIRO
ANTONIO CARLOS LEÃO SAVIO
ALFREDO SABATINI NETO
JULIO CESAR MENDES DA PENHA
LOURIVAL APARECIDO PAVÃO
EVELOZIO JOAQUIM DOS SANTOS
RONI VEIGA DE AZEVEDO

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 062/2003

Prover os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão junto ao gabinete do deputado Ratinho Júnior, a partir de 01 de fevereiro de 2003, conforme especifica:

JOÃO CARLOS ORTEGA - DAS-2
SUELI TEREZINHA VIEIRA - DAS-5
SERGIO ALVES DOS SANTOS
DANIEL WESLEY V. B. ROCHA
SERGIO ROBERTO CORREA
EDIVALDO LEAL MACEDO
MOACIR CANDIDO BRANDÃO
IVO FERREIRA NETO
PAULO ROBERTO VILLANI
ILMA IGNEZ SIQUEIRA
FERNANDO JOSÉ CORSINI
GUSTAVO EMANUEL CEJAS

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 116/2003

I - prover, IVONEI PINTO, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, AURA EDNA NIEDZWIEDZ, para exercer o cargo em Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover, JUCELIA PAVELICKI, para exercer o cargo em Comissão símbolo 4-C, do gabinete do deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de fevereiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, JORGE LUIZ DA ROCHA, para exercer o cargo em Comissão símbolo 4-C, do gabinete do deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de fevereiro de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, ELENICE BUNICK, para exercer cargo em Comissão, junto à Administração deste Poder, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 117/2003

I - prover, Nanci Aparecida Guimarães Santos, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da 5ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, LUCILENE CORREA DE MORAES, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da 5ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover, VERA LUCIA DA SILVA SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da 5ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

IV - prover, VOLMA GONÇALVES DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 118/2003

I - prover, PAULO GOMES, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - prover, ELIZANDRA ZILLI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - prover, PAULO RICARDO DE BONA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

IV - prover, JOÃO BOSCO PUPIO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

V - prover, MARCIA KRIEGER, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

VI - prover, CARMEM ELIZABETH FARACO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPB, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 119/2003

I - exonerar, a pedido, SANDRA REGINA SANFELICE, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

II - exonerar, a pedido, GESSI LOURDES CENI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

III - exonerar, a pedido, ELEN MARA KRUEK, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

IV - prover, JAIME DANILO ROSSI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

V - prover, LUCINEIDE TEIXEIRA DE LEMOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

VI - prover, SÉRGIO GUERRA CORREA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

VII - prover, ADÃO BENEDITO GALDINO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

VIII - prover, PEDRO DAVANCO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

IX - prover, MARIA INES SCHIAVINI NETO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

X - prover, MANOEL LIMA MACHADO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

XI - prover, NIVALDO DUARTE, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003;

XII - prover, THIAGO FERNANDO BÜHRER, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.02.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 170/2003

I - exonerar, a pedido, ROSANGELA NEVES TEIXEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 01 de abril de 2003;

II - prover, LUIZ CLAUDIO HOLMANN ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 01 de abril de 2003;

III - exonerar, a pedido, MARCOS RIBEIRO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 01 de abril de 2003;

IV - prover, PAULA CRISTINA PHILIPPOVSKI SCHROEDER REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 01 de abril de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 171/2003

I - prover, DIRCEU MOREIRA CARRIEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Artagão Júnior, a partir de 1º de março de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, ERIVELTO MARTINS DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSB, a partir de 01 de abril de 2003;

III - prover, GEREMIAS JOSÉ DO NASCIMENTO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSB, a partir de 01 de abril de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 172/2003

I - exonerar, a pedido, GUSTAVO LUCCA CAVALHERI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 01 de abril de 2003;

II - prover, GENTIL DE LIMA COSTA, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 01 de abril de 2003;

III - prover, IVONE ALVES DE MORAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessora da Comissão de Direitos Humanos, a partir de 1º de fevereiro de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 01 de abril de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 173/2003

I - prover, LISSANDRA DE CÁSSIA DE QUEIROZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 01 de abril de 2003;

II - exonerar, a pedido, JOÃO BOSCO PUPIO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de abril de 2003;

III - prover, DENISE MARIA SCHEFFER, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPB, a partir de 01 de abril de 2003;

IV - prover, EMANUELA CATAFESTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPB, a partir de 01 de abril de 2003;

V - exonerar, a pedido, LUIZ EDUARDO HOLZ-MANN ARAÚJO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 01 de abril de 2003;

VI - prover, MARCOS FRANCISCO MARCONDES CARNEIRO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 01 de abril de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 174/2003

I - exonerar, a pedido, AIRTON CARDOSO CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 01 de abril de 2003;

II - exonerar, a pedido, FABIAN BORDON TRELLHA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 01 de abril de 2003;

III - exonerar, a pedido, WALTER LUIZ BRAGA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 01 de abril de 2003;

IV - exonerar, a pedido, ROGÉRIO AUGUSTO BERTIPAGLIA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 01 de abril de 2003;

V - exonerar, a pedido, JORGE AKIRA OYAMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 01 de abril de 2003.

(Prot. nº 2272/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 175/2003

I - prover, CARLOS IRINEU GOMES, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 01 de abril de 2003;

II - prover, AGOSTINHO JOSÉ RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 01 de abril de 2003;

III - prover, CAMILA AMARAL GIGLIOLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 01 de abril de 2003;

IV - prover, JOSÉ RENATO MANTOVANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 01 de abril de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 2272/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 176/2003

I - prover, JOSIANE VANELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão de Obras Públicas, a partir de 1º de março de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970;

II - exonerar, a pedido, RENATO FERNANDO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo IGP-1, do gabinete do deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de abril de 2003;

III - prover, CARLA GEOVANA KRYGIER GRITTEN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo IGP-1, do gabinete do deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de abril de 2003;

IV - prover, EDUARDO FREYER DE AZEVEDO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Francisco Bühner, a partir de 1º de abril de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 177/2003

I - prover, LIETE DA ROCHA BLUME, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Rafael Greca, a partir de 1º de abril de 2003;

II - prover, SUELY MARIA FOLDA DULEBA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Rafael Greca, a partir de 1º de abril de 2003;

III - prover, ALMIR CARLOS BORNANCIN, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Rafael Greca, a partir de 1º de abril de 2003;

IV - prover, SILMAR LASS DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Rafael Greca, a partir de 1º de abril de 2003;

V - prover, JUSSARA APARECIDA RUTESKI FISCHER, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Rafael Greca, a partir de 1º de abril de 2003;

VI - prover, CIBELE FERNANDES DIAS KNOERR, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Rafael Greca, a partir de 1º de abril de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 178/2003

I - exonerar, a pedido, AGLAER EDYNÉIA NIEDZWIEDZ, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Dobrandino da Silva, a partir de 1º de abril de 2003;

II - exonerar, a pedido, CLAUDIA MARIA DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do cargo de Assessora da Comissão de Turismo, a partir de 1º de abril de 2003;

III - prover, AGLAER EDYNÉIA NIEDZWIEDZ, para exercer o cargo em Comissão símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão de Turismo, a partir de 1º de abril de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 179/2003

I - exonerar, a pedido, LUÍS CARLOS BORIN, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Cida Borghetti, a partir de 1º de abril de 2003;

II - prover, CLEUZA JORCOVICH PICCININ, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Cida Borghetti, a partir de 1º de abril de 2003;

III - prover, MARGARETH LOUREIRO EUCLYDES, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Cida Borghetti, a partir de 1º de abril de 2003;

IV - prover, CLARA ÁUREA PAGESKI, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Cida Borghetti, a partir de 1º de abril de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 180/2003

I - prover, JORGELINA COSTA CICHACZEWSKI, para exercer o cargo em Comissão, junto à Liderança das Oposições, a partir de 1º de abril de 2003;

II - exonerar, a pedido, VANESSA ALEXANDRINA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de abril de 2003;

III - prover, RAQUEL TOMAZ, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de abril de 2003;

IV - prover, MARCIA APARECIDA DE LIMA VELOZO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de abril de 2003;

V - prover, FRANCIELI WESSLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo IGP-1, do gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 1º de abril de 2003;

VI - prover, ANDRESSA DE CAMPOS CHARNESKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo IGP-1, junto ao gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 1º de abril de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 181/2003

I - prover, MARY DALVA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, junto a Liderança do PPS, a partir de 1º de abril de 2003;

II - prover, LUANA PRISCILA ONESCO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPS, a partir de 1º de abril de 2003;

III - exonerar, a pedido, HIROTOSHI TAMINATO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de abril de 2003;

IV - prover, AFONSO EISELE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de abril de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 182/2003

I - exonerar, a pedido, RICARDO SAIS, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de abril de 2003;

II - exonerar, a pedido, OSVALDO ELIAS DE OLIVEIRA JUNIOR, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de abril de 2003;

III - prover, ROSA MARIA EBINER BARREIROS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de abril de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 183/2003

I - exonerar, a pedido, VITOR ROBERTO MULLER BERNARDI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de abril de 2003;

II - prover, ANDRÉ NAIMA CUNHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de abril de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, LURDES CARBONI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de abril de 2003;

IV - prover, FELIPE DA LA CRUZ QUINTANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de abril de 2003;

V - exonerar, a pedido, OSMAR RIBEIRO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de abril de 2003;

VI - prover, ELIANE MARIA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de abril de 2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 184/2003

I - prover, MARIA HENRIQUE DA SILVA DE PAULA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-

4, de coordenadora da Coordenadoria de Apoio às Comissões, a partir de 1º de abril de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - exonerar, a pedido, NAIENE RENATA DA SILVA BISPO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de abril de 2003.

(Prot. nº 2505/2003)

Palácio “XIX de DEZEMBRO”, em 07.04.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 185/2003

I - exonerar, a pedido, ROSANA FELIX DALLA COSTA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Elton Welter, a partir de 1º de abril de 2003;

II - prover, MAGALEA MAZZIOTTI VIEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Elton Welter, a partir de 1º de abril de 2003.

(Prot. nº 2519/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 189/2003

Prover, ANA CAROLINA TINOCO SAMEK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de março de 2003.

(Prot. nº 2570/2003)

Palácio “XIX de DEZEMBRO”, em 08.04.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 190/2003

I - exonerar, a pedido, MANOEL LUCIANO DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de abril de 2003;

II - prover, JOÃO ROBERTO DOS SANTOS RIBEIRO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de abril de 2003.

(Prot. nº 2599/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 191/2003

I - prover, ADRIANO BARDOU MARTINS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de abril e 2003;

II - prover, JULIANA ESCHER, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de abril e 2003.

(Prots nºs 2648 e 2649/2003)

Palácio “XIX de DEZEMBRO”, em 09.04.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 192/2003

I - exonerar, a pedido, VERA ARLANZA CLEVE DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5,

do gabinete da deputada Elza Coreia, a partir de 1º de abril de 2003;

II - exonerar, a pedido, MARCELO FRAZÃO DE BARROS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete da deputada Elza Coreia, a partir de 1º de abril de 2003;

III - prover, VERA ARLANZA CLEVE DE OLIVEIRA para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete da deputada Elza Correia, a partir de 1º de abril de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, MARCELO FRAZÃO DE BARROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da deputada Elza Correia, a partir de 1º de abril de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, FABIO CAVAZOTTI E SILVA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Elza Correia, a partir de 1º de abril de 2003;

VI - prover, CLAUDINEY BATISTA MENDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da deputada Elza Correia, a partir de 1º de abril de 2003.

(Prot. nº 2672/2003)

Palácio “XIX de DEZEMBRO”, em 10.04.2003.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 193/2003

I - exonerar, a pedido, VALDETE APARECIDA DE SOUZA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de abril de 2003;

II - prover, SANDRO MARCELO ARRUDA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de abril de 2003.

(Prot. nº 2688/2003)

Palácio “XIX de DEZEMBRO”, em 11.04.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1ª Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atas da CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU/PARANACIDADE ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões, às 16h30m, foi realizada a décima oitava reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente,

deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Elio Rusch, Padre Paulo Campos e Cida Borghetti, e justificada a ausência dos senhores deputados Jocelito Canto e Luiz Fernandes Litro. O senhor presidente iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Elio Rusch solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade; fez a leitura das documentações recebidas parcialmente na comissão, colocando-as à disposição de todos os membros. Em seguida o senhor presidente apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva dos depoentes, o senhor Wilmar Prochman, ex-diretor de Administração e Finanças do Paranacidade, e a senhora Virgínia Thereza Nalini, ex-analista de Desenvolvimento Municipal do Paranacidade. Os depoentes foram ouvidos pela CPI em separado, respectivamente, também, assinaram o Termo de Compromisso de Testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da comissão, anexo a esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU/PARANACIDADE ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis do mês de junho do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da presidência da Assembleia Legislativa, às 11h30m, foi realizada a décima nona reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes deputados: Artagão Júnior, Elio Rusch, Padre Paulo Campos e Francisco Bühner, suplente do deputado Luiz Fernandes Litro bem como contou com a presença dos senhores deputados Waldir Leite, Delegado Bradock, Fernando Ribas Carli e Alexandre Curi e, e justificada a ausência dos senhores deputados Jocelito Canto e Cida Borghetti. O senhor presidente iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Elio Rusch solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade; solicitou também que fosse registrado em Ata, que a presente reunião estava marcada para 25.06.2003, e, por motivos justificados, e acordado entre os membros da CPI e o depoente, ficou transferida para o dia de hoje, sendo aprovado pelas partes. Em seguida o senhor presidente apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva dos depoentes, o senhor Alexandre Fontana Beltrão, ex-secretário de Estado para Assuntos Estratégicos - SEAT. O depoente foi ouvido pela CPI, assinou o Termo de Compromisso de Testemu-

nha, onde consta a assinatura dos demais membros da comissão, anexo a esta Ata. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU/PARANACIDADE
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, na sala de Reuniões das Comissões, às 16h30m, foi realizada a vigésima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, convocou o vice-presidente, deputado Elio Rusch para presidir a reunião em seu lugar, ausentando-se em seguida por motivos parlamentares assumidos. A reunião contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Artagão Júnior, Cida Borghetti e Luiz Fernandes da Silva Litro, e justificada a ausência dos senhores deputados: Jocelito Canto e Padre Paulo Campos. Em seguida o senhor presidente, deputado Elio Rusch colocou em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Artagão Júnior solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, o senhor relator, deputado Artagão Júnior, propôs aos demais membros da CPI o nome do senhor Max Antonio Rahn, ex-Coordenador de Operações do Paranacidade, para ser intimado a depor no dia 19.08.2003 às 16h30 e o nome do senhor Lubomir Antonio Ficinski Dunin, ex-secretário de Estado do Desenvolvimento - Sedu e ex-superintendente do Paranacidade, para ser intimado a depor em data a ser marcada. Apresentou também proposta para ser incluída e analisada nas investigações da CPI, as obras do PEOM - programa Estadual de Obras Municipais. Aprovados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU/PARANACIDADE
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, na sala de Reuniões das Comissões, às 16h30m, foi reali-

zada a vigésima primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Artagão Júnior, Elio Rusch, Padre Paulo Campos, Luiz Fernandes da Silva Litro e Cida Borghetti, contou também com a presença do senhor deputado Luiz Nishimori, e justificada a ausência do senhor deputado Jocelito Canto. Em seguida o senhor presidente, colocou em votação a Ata da reunião anterior, a qual foi dispensada da leitura e aprovada por unanimidade. Na pauta foram discutidos vários assuntos, dentre eles, a preocupação do senhor presidente, em relação ao prazo de encerramento dos trabalhos da CPI, bem como do relatório final; propôs os nomes a serem intimados posteriormente dos senhores José Henrique Ferreira, engenheiro elétrico/eletrônico e Osvaldo Cintra, arquiteto, ambos desempenham suas funções no Museu Oscar Niemeyer - MON; da senhora Lara Regina de Araújo, arquiteta e ex-chefe do escritório regional do Paranacidade no município de Londrina; do senhor Álvaro Arruda, engenheiro civil do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - Decom, de Londrina, e um técnico especialista na área de desenvolvimento de sistema do Itaú Cultural; propôs também o envio de ofício, solicitando perícia técnica (exame grafológico) da assinatura do Arquiteto Oscar Niemeyer, conforme cópias de documentos recebidos pela CPI. Aprovados. Voto em separado do deputado Elio Rusch, quanto ao exame grafológico da assinatura do arquiteto Oscar Niemeyer. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, confirmou a próxima reunião para dia 19.08.2003, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU/PARANACIDADE
ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, na sala de Reuniões das Comissões, às 16h30m, foi realizada a vigésima segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Artagão Júnior, Elio Rusch, Padre Paulo Campos, Francisco Bühner, Cida Borghetti, Pedro Ivo Ilkiv, e justificada a ausência do senhor deputado Jocelito Canto. Em seguida o senhor presidente, deputado Elio Rusch colocou em votação a Ata da reunião anterior, a qual foi dispensada da leitura por solicitação do deputado Artagão Júnior e aprovada por unanimidade; propôs a correção do nome Álvaro Arruda para Olavo Arruda, conforme registrado

na Ata anterior; apresentou a pauta da reunião referente a oitiva do depoente, o senhor Max Antonio Rahn, ex-coordenador de operações do Paranacidade, assinou o Termo de Compromisso de testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata; propôs aos demais membros da CPI os nomes para serem intimados a depor na próxima semana, ficando aprovado para intimar na ordem, os senhores José Henrique Ferreira e Osvaldo Cintra, para depor dia 26.08.2003, às 16h30m e às 17h30, respectivamente, para prestarem depoimento; designou a servidora Marisa Couto de Cristo, para fazer a entrega das intimações pessoalmente. Aprovados. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, confirmou a próxima reunião para dia 26.08.2003, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU/PARANACIDADE
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, na sala de Reuniões das Comissões, às 16h30m, foi realizada a vigésima terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Artagão Júnior, Elio Rusch, Padre Paulo Campos, Luiz Fernandes da Silva Litro, e Cida Borghetti, e justificada a ausência do senhor deputado Jocelito Canto. O senhor presidente iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Padre Paulo Campos solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o senhor presidente apresentou a pauta da reunião, a seguir: propôs envio de correspondência à secretaria de Estado para Assuntos Estratégicos - SEAT, solicitando cópia de ofício encaminhado ao Paranacidade, no ano de 2002, referente licitação do Projeto de Telemática do Museu Oscar Niemeyer - MON; na sequência passou a oitiva dos depoentes, senhor José Henrique Pinto, engenheiro elétrico eletrônico e senhor Osvaldo Cintra de Machado, arquiteto, ambos prestando serviços no Museu Oscar Niemeyer - MON. Os depoentes foram ouvidos pela CPI, em separado, respectivamente, também, assinaram o Termo de Compromisso de Testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula,

secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU/PARANACIDADE
ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de Reuniões das Comissões, às 16h30m, foi realizada a vigésima quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Padre Paulo Campos e Luiz Fernandes da Silva Litro, e justificada a ausência dos senhores deputados: Jocelito Canto e Cida Borghetti. Em seguida o senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor presidente apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva dos depoentes, senhores Marcelo Carvalho Ferraz, sócio da empresa Brasil Arquitetura e Kencho Yamada, sócio-gerente do Consórcio Ampla/R.B. Coelho's/Esteio. Os depoentes foram ouvidos pela CPI, separadamente, assinaram o Termo de Compromisso de Testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU/PARANACIDADE
ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de Reuniões das Comissões, às 16h30m, foi realizada a vigésima quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Padre Paulo Campos, Duílio Genari, e justificada a ausência dos senhores deputados: Jocelito Canto, Luiz Fernandes da Silva Litro e Cida Borghetti. Em seguida o senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Arta-

gão Júnior solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor presidente apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva dos depoentes, senhores Carlos de Loyola e Silva, diretor presidente da empresa Cesbe S/A - Engenharia e Empreendimentos de Curitiba, Edenilso Rossi Arnaldi, sócio-gerente da empresa SIAL Construções Cíveis de Curitiba e Paulo da Silva Filho, representante legal da Empresa Marcenaria Baraúna de São Paulo. Os depoentes foram ouvido pela CPI, separadamente, assinaram o Termo de Compromisso de Testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU/PARANACIDADE
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de Reuniões das Comissões, às 16h30m, foi realizada a vigésima sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior e justificada a ausência dos senhores deputados: Jocelito Canto, Luiz Fernandes da Silva Litro, Cida Borghetti e Padre Paulo Campos. Em seguida o senhor presidente, iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Artagão Júnior solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor presidente apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva dos depoentes, senhores Lara Regina de Araújo, ex-chefe do Escritório Regional do Paranacidade em Londrina e Olavo Roberto Arruda Campos, engenheiro civil do Escritório Regional do Decom em Londrina. Os depoentes foram ouvido pela CPI, separadamente, assinaram o Termo de Compromisso de Testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU/PARANACIDADE
ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de Reuniões das Comissões, às 16h30m, foi realizada a vigésima sétima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, e justificada a ausência dos senhores deputados: Jocelito Canto e Cida Borghetti e Padre Paulo Campos. Em seguida o senhor presidente, iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Artagão Júnior solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor presidente apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva dos depoentes, senhores Luiz Eduardo Marques Halila, Geacir Celestino Damiani e Jerônimo Paulo da Cunha Pimentel de Meira. Os depoentes foram ouvido pela CPI, separadamente, assinaram o Termo de Compromisso de Testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU / PARANACIDADE
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, às 16h30m, foi realizada a vigésima oitava reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Cida Borghetti, Jocelito Canto e justificada a ausência do senhor deputado Padre Paulo Campos. Em seguida, o senhor presidente iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor presidente apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva dos depoentes, Srs. Arnaldo Spindel e Marlus Coelho. Os depoentes foram ouvidos pela CPI, separadamente, assinaram o Termo de Compromisso de Testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. E para constar, as

notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU / PARANACIDADE
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, às 16h00, foi realizada a vigésima nona reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Cida Borghetti, Jocelito Canto e Padre Paulo Campos. Em seguida, o senhor presidente iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Elio Rusch solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor presidente apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva do depoente, Sr. Lubomir Antonio Ficinski Dunin, ex-secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu e ex-superintendente do Paranacidade. O depoente foi ouvido pela CPI, assinou o Termo de Compromisso de Testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU / PARANACIDADE
ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, às 16h30m, foi realizada a trigésima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Cida Borghetti, Jocelito Canto e justificada a ausência do senhor deputado Padre Paulo Campos. Em seguida, o senhor presidente iniciou os trabalhos, colocando em votação a

Ata da reunião anterior, sendo dispensada a leitura da mesma e aprovada por unanimidade. Na sequência o senhor presidente apresentou a pauta da reunião a seguir: informou sobre o andamento do relatório final, tendo em vista o encerramento dos trabalhos da CPI previsto para o mês de outubro; solicitou aos sub-grupos formados entre os membros da CPI quando do início dos trabalhos da Comissão, sendo: Grupo I - composto pelos deputados Artagão Júnior e Jocelito Canto; Grupo II - composto pelos deputados Cida Borghetti e Luiz Fernandes da Silva Litro, e Grupo III - composto pelos deputados Elio Rusch e Padre Paulo Campos, os trabalhos realizados pelos mesmos; apresentou relatório de 156 correspondências expedidas aos diversos órgãos do Estado e empresas privadas, solicitando cópias de documentos para análise; apresentou relatório das 29 reuniões ordinárias realizadas pela Comissão; apresentou relatório das 31 intimações entregues, bem como os nomes dos depoentes intimados e/ou convidados, ouvidos por esta CPI, na ordem, os senhores: Renato Adur, secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, convidado para expor sobre a situação daquela pasta quando da sua posse, na data de 23/04/2003, Sandra Pinho Pinheiro, membro do Conselho de Administração do Paranacidade e Arthur Claudino dos Santos, presidente do Conselho de Administração do Paranacidade, ambos na data de 13/05/2003; Rosana de Fátima Menarin, presidente e membro da Comissão de Licitação do Paranacidade, na data de 14/05/2003; Roberto Dimas Vasconcellos Del Santoro, ex-superintendente do Paranacidade, na data de 20/05/2003; Valéria Figueiredo Bechara Elias, arquiteta do Paranacidade, na data de 21/05/2003; Carlos Roberto Caetano, ex-assistente financeiro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedu e Maria Inês Terbeck, analista de Desenvolvimento Municipal do Paranacidade, ambos na data de 03/06/2003; Helder de Oliveira Guimarães, analista de Desenvolvimento Municipal do Paranacidade, e Fernando Luiz Popp, arquiteto do IPPUC, ambos na data de 04/06/2003; Antonio Camilo, membro nato do Conselho de Administração do Paranacidade, Eduardo Felipe Guidi, sócio-gerente da empresa Guidi Engenharia Ltda., e Carlos Eduardo do Nascimento, sócio-gerente da empresa Tree Tools Informática Ltda., todos na data de 17/06/2003; Wilmar Prochmann, ex-diretor de Administração e Finanças do Paranacidade e Virgínia Thereza Nalini, ex-analista de Desenvolvimento Municipal do Paranacidade, ambos na data de 18/06/2003; Alexandre Fontana Beltrão, ex-secretário Especial de Estado para Assuntos Estratégicos, na data de 26/06/2003; Max Antonio Rahn, ex-coordenador de Operações do Paranacidade, na data de 19/08/2003; José Henrique Ferreira Pinto, engenheiro elétrico/eletrônico do Museu Oscar Niemeyer e Osvaldo Cintra de Carvalho, arquiteto e atualmente prestando serviços no Museu Oscar Niemeyer, ambos na data de 26/08/2003; Marcelo Carvalho Ferraz, sócio-gerente da empresa Brasil Arquitetura S/C Ltda., Kencho Yamada, sócio-gerente do Consórcio Ampla/RB

Coelho's/Esteio, ambos na data de 09/09/2003; Carlos de Loyola e Silva, diretor-presidente da empresa Cesbe S/A - Engenharia e Empreendimentos, Edenilso Rossi Arnaldi, sócio-gerente da empresa Sial Construções Civis Ltda. e Paulo Alves da Silva Filho, representante legal da empresa Marcenaria Baraúna Ltda., todos na data de 10/09/2003; Lara Regina de Araújo, ex-chefe do Escritório Regional do Paranacidade em Londrina e Olavo Roberto de Arruda Campos, técnico do Decom em Londrina, ambos na data de 16/09/2003; Luiz Eduardo Marques Halila, engenheiro civil da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, Jerônimo Paulo da Cunha Pimentel de Meira, ex-coordenador de Projetos e ex-diretor Operacional do Paranacidade, e Geacir Celestino Damiani, sócio-gerente da empresa Damiani Soluções de Engenharia Ltda., todos na data de 17.09.2003; Arnaldo Spindel, sócio-gerente da empresa Base 7 - Projetos Culturais e Marlus Coelho, diretor-presidente da empresa Esteio - Engenharia e Aerolevantamento Ltda., ambos na data de 23/09/2003 e Lubomir Antonio Ficinski Dunin, ex-secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, na data de 24/09/2003, respectivamente. Na ordem os senhores Ricardo Ribenboim, sócio-gerente da Empresa Base 7 - Projetos Culturais e Francisco Paiva Fanicci, sócio-gerente da empresa Brasil Arquitetura S/C Ltda., ambos aprovados pela CPI para oitiva oportunamente, foram dispensados dos depoimentos por unanimidade em virtude de seus sócios já terem sido ouvidos pela CPI anteriormente. Aprovados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passado em seguida para a Ordem do Dia. Em seguida o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 008/2003. E o senhor deputado Renato Gaúcho apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 050/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente

Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 15º LEGISLATURA - 1º SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, em seguida o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 332/2003 e 429/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 15º LEGISLATURA - 1º SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para os Projetos e Leis nºs 033/2003, 262/2003 e 424/2003. E o senhor deputado Neivo Beraldin apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 039/2003, 230/2003, 245/2003, 253/2003, 357/2003, 338/2003, 411/2003, 418/2003 e 507/2003 que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

VINÍCIUS SIMONEI MOREIRA, matrícula nº 40948, endereço: Rua Lycio Velloso, 485; bairro: Mercês - cidade de Curitiba; CEP: 80710-650 - PR. Remunera-

ção mensal estimada em R\$1.115,00; CPF: 651.438.259-20; telefone: 336-5519; lotação: Diretoria de A. Plenário; data de nascimento: 03/05/1967.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Nível 061.

Curitiba, 30.09.2003.

(a) VINÍCIUS SIMONEI MOREIRA

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

LUIZ FERNANDO FEDEGER, matrícula nº 40448, endereço: Rua Eduardo Sprada, 815; bairro: Campo Comprido - cidade de Curitiba; CEP: 80000-000DOCUMENTO - PR. Remuneração mensal estimada em R\$779,20; CPF: 002.562.509-87; telefone: 274-5020; lotação: Diretoria Geral; data de nascimento: 03/11/1942.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Nível 061.

Curitiba, 30.09.2003.

(a) LUIZ FERNANDO FEDEGER

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA - 30.09.2003 - ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 106/2003, autores: deputados Doutor Luciano e André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da Saúde Pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.09.2003.**

Projeto de Lei nº 139/2003, autor: deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a instituição do sistema seriado nas escolas públicas do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 147/2003, autor: deputado Nereu Moura, considera relevante no impacto sócio-ambiental, o remanejamento e reassento de contingente populacional em áreas onde são implantados empreendimentos de barragens no Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 151/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que dispõe a gratuidade na expedição de carteiras de identidade para pessoas carentes e desempregadas.

Relator deputado Delegado Bradock, designado em 10.09.2003.

Projeto de Lei nº 333/2003, autor: deputada Elza Correia, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Projeto de Lei nº 355/2003, autor deputado Marcos Isfer, que estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminarem pessoas em virtude de sua orientação sexual. **Ambos Anexos - Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 28.08.2003. - Vistas ao deputado Doutor Luciano em 23.09.2003.**

Projeto de Lei nº 351/2003, autor: deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre questões relacionadas com liberdade de crença religiosa, fixando obrigações alternativas e tratando da realização de concursos públicos seletivos, aplicação de provas e atribuições de frequência a alunos no Estado do Paraná.

Projeto de Lei nº 476/2003, autor deputado Rafael Greca, as provas dos concursos públicos para ingresso na administração pública estadual direta, indireta e fundacional, realizar-se-ão aos domingos. **Ambos Anexos - Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 377/2003, autor: deputado Waldir Leite, que institui o programa de incentivo ao custeio do ensino superior no Estado do Paraná. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 381/2003, autor: deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003 - Vistas ao deputado Chico Noroeste em 16.09.2003.**

Projeto de Lei nº 382/2003, autor: deputado Vanderlei Iensen, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 384/2003, autor: deputado Nereu Moura, que altera o anexo único da Lei nº 13.976/2002 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 385/2003, autor: deputado Nereu Moura, que altera a redação da Lei nº 11.019/94 - Alterou a Lei 7.811/83 - Tabelas de Serviços do Detran. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 395/2003, autor: deputado Plauto Miró Guimarães, que estabelece a responsabilidade da

administração pública estadual pelos danos decorrentes das invasões de terras. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 400/2003, autor: deputado Barbosa Neto, que cria o Banco de Patrocínio. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 403/2003, autor: deputado Barbosa Neto e Ratinho Júnior, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Turismo. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 404/2003, autor: deputado Durval Amaral, que estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela Procuradoria Geral do Estado, contra o agente público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 10.09.2003 - Vistas ao deputado Duílio Genari em 16.09.2003.**

Projeto de Lei nº 423/2003, autor: deputado Vanderlei Iensen, que proíbe o condicionamento da aceitação de cheques a tempo mínimo de abertura de conta corrente. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 425/2003, autor: deputado Rafael Greca, que institui a adoção de medidas urgentes nos casos de prisão em flagrante segundo os critérios que determina. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 426/2003, autor: deputado Rafael Greca, que cria o seguro reemprego aos ex-detentos. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 427/2003, autor: deputado Rafael Greca, que obriga os escritórios modelo de assistência judiciária dos cursos de direito das universidades públicas estaduais, a manterem plantão criminal. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 453/2003, autor: deputado Antonio Anibelli, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóveis para a Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 477/2003, autor: deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre preços em desacordo com o anunciado ou exposto e os praticados por estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 496/2003, autor: deputado Jocelito Canto, que denomina Waldemar Teodoro a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 07/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a encampação das concessões rodoviárias no Paraná. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 13/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, que revoga a Lei Complementar nº 76/95. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 078/2003, autor: deputado André Vargas, que Institui, no calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná a Semana da Paz. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 86/2003, autor: deputado Doutor Luciano, que define diretrizes para a implementação do programa de humanização da atenção materno-infantil no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 095/2003, autor: deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a 4ª Companhia da Polícia Militar no município de Palmas, tendo como área de abrangência, além do seu território, os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Mangueirinha. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 157/2003, autor: deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 158/2003, autor: deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 159/2003, autor: deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a investigação e a persecução penal em caso de crime de estupro e sobre a responsabili-

dade do Estado quando resulte gravidez. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 161/2003, autor: deputado Nereu Moura, que dispõe os concursos vestibulares das universidades estaduais e faculdades mantidas com recursos públicos no Estado do Paraná. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 182/2003, autor: deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no município de Itapejara D'Oeste. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 246/2003, autor: deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7257/79, alterada pelas Leis nºs 7812/83 e 9174/89 (taxa de segurança). **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 313/2003, autor: deputado Delegado Bradock, que cria a possibilidade de locação de espaço para a propaganda. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 331/2003, autor: deputado Rafael Greca, que institui o combate à dendroclastia mediante a obrigatoriedade da instalação de cruzetas nos fios elétricos do perímetro urbano. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 360/2003, autor: deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a prescrição de medicamentos genéricos nos estabelecimentos do sistema de saúde estadual e credenciados. **Relator deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 370/2003, autor: deputado Jocelito Canto, que proíbe a discriminação aos portadores de epilepsia e seus familiares. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 428/2003, autor: deputado Rafael Greca, que dá continuidade ao Programa Violência Zero, impondo o perdimento de bens apreendidos em favor do patrimônio público estadual. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 437/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que obriga as empresas de transportes públicos estaduais nos dias de vacinação, conceder gratuidade de passagem ao menor e a pessoa que o esteja conduzindo ao local de vacinação. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 448/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que torna obrigatório, nos dias de eleições, para empresas concessionárias de transportes públicos estaduais conceder desconto de 50% nas tarifas. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 450/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Minha Primeira Bíblia nas escolas públicas estaduais. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 475/2003, autor: deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre o ICMS na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 478/2003, autor: deputado Artagão Júnior, que estabelece prazo para cumprimento de pedidos efetuados junto ao IAP. **Relator deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 487/2003, autor: deputado Alexandre Curi, que torna obrigatório o fornecimento de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos em estabelecimentos centrais de compras e shopping centers. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 488/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que cria a Semana Estadual da Juventude. **Relator deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 489/2003, autor: deputado Marcos Isfer, que concede isenção aos oficiais de justiça no pagamento de taxas, tarifas e preços públicos de estacionamento localizados nos bens públicos de uso comum do povo, pedágio, transporte coletivo, balsas e similares. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 493/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, que reserva aos municípios do litoral paranaense a realização de sorteios da modalidade denominada bingo. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 500/2003, autor: deputado Durval Amaral, que altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962/84 para permitir que os conselhos escolares e as APMS regulamentem o uso de uniforme escolar na rede pública estadual de ensino. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 503/2003, autor: deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 513/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.899/2002 - declarou de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Manoel Medina Martins, com sede e foro no município de Rancho Alegre D'Oeste. **Relator deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA 07/10/2003
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 106/2003, autores deputados Doutor Luciano e André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da saúde pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.09.2003.**

Projeto de Lei nº 139/2003, autor deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a instituição do Sistema Seriado nas escolas públicas do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 147/2003, autor deputado Nereu Moura, que considera relevante no impacto sócio-ambiental, o remanejamento e reassento de contingente populacional em áreas onde são implantados empreendimentos de barragens no Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 151/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a gratuidade na expedição de carteiras de identidade para pessoas carentes e desempregadas. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 333/2003, autora deputada Elza Correia, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Projeto de Lei nº 355/2003, autor deputado Marcos Isfer, que estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual. **Ambos anexos. Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 28.08.2003. Vistas ao deputado Doutor Luciano, em 23.09.2003.**

Projeto de Lei nº 351/2003, autor deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre questões relacionadas com liberdade de crença religiosa, fixando obrigações alternativas e tratando da realização de concursos públicos sele-

tivos, aplicação de provas e atribuições de frequência a alunos no Estado do Paraná.

Projeto de Lei nº 476/2003, autor deputado Rafael Greca. As provas dos concursos públicos para ingresso na administração pública estadual direta, indireta e fundacional, realizar-se-ão aos domingos. **Ambos anexos. Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 377/2003, autor deputado Waldir Leite, que institui o Programa de Incentivo ao Custeio do Ensino Superior do Estado do Paraná. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 381/2003, autor deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais à igrejas e templos de qualquer culto. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado Chico Noroeste em 16.09.2003.**

Projeto de Lei nº 382/2003, autor deputado Vanderlei Iensen, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 384/2003, autor deputado Nereu Moura, que altera o anexo único da Lei nº 13.976/2002 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 385/2003, autor deputado Nereu Moura, que altera a redação da Lei nº 11.019/94 - alterou a Lei nº 7811/83 - Tabelas de Serviços do Detran. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 395/2003, autor deputado Plauto Miró Guimarães, que estabelece a responsabilidade da Administração Pública Estadual pelos danos decorrentes das invasões de terras. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 400/2003, autor deputado Barbosa Neto, que cria o Banco de Patrocínio. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 403/2003, autores deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Turismo. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 404/2003, autor deputado Durval Amaral, que estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela Procuradoria Geral do Estado, contra o

agente público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado Duílio Genari, em 16.09.2003.**

Projeto de Lei nº 423/2003, autor deputado Vanderlei Iensen, que proíbe o condicionamento da aceitação de cheques a tempo mínimo de abertura de conta corrente. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 425/2003, autor deputado Rafael Greca, que institui a doação de medidas urgentes nos casos de prisão em flagrante segundo os critérios que determina. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 426/2003, autor deputado Rafael Greca, que cria o Seguro Reemprego aos ex-Detentos. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 427/2003, autor deputado Rafael Greca, que obriga os escritórios modelo de assistência judiciária dos cursos de Direito das Universidades Públicas Estaduais a manterem plantão criminal. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 453/2003, autor deputado Antonio Anibelli, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóveis para a Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 477/2003, autor deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre preços em desacordo com o anunciado ou exposto e os praticados por estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 496/2003, autor: deputado Jocelito Canto, que denomina Waldemar Teodoro a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 007/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a encampação das concessões rodoviárias no Paraná. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 013/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, que revoga a Lei Complementar nº

76/95. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 078/2003, autor: deputado André Vargas, que institui, no calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná a Semana da Paz. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 086/2003, autor: deputado Doutor Luciano, que define diretrizes para a implementação do Programa de Humanização da Atenção Materno-Infantil no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 095/2003, autor: deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a 4ª Companhia da Polícia Militar no município de Palmas, tendo como área de abrangência, além do seu território, os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Mangueirinha. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 157/2003, autor: deputado Nereu Moura que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 158/2003, autor: deputado Nereu Moura, dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas à todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação a arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 159/2003, autor: deputado Nereu Moura, dispõe sobre a investigação e a persecução penal em caso de crime de estupro e sobre a responsabilidade do Estado quando resulte gravidez. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 161/2003, autor: deputado Nereu Moura, dispõe sobre os concursos vestibulares das Universidades Estaduais e Faculdades mantidas com recursos públicos no Estado do Paraná. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 182/2003, autor: deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito, no município de Itaipajara d'Oeste. **Relator: deputado Delegado Bradock designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 246/2003, autor: deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7257/2003, alterada

pelas Leis nºs 7812/83 e 9174/89 (Taxa de Segurança). **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 312/2003, autora: deputada Elza Correia, que altera a Lei nº 12492/2003 (dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos). **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 12.06.2003. Vistas ao deputado Hermes Fonseca em 24.06.2003.**

Projeto de Lei nº 313/2003, autor: deputado Delegado Bradock, que cria a possibilidade de locação de espaço para a propaganda. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 331/2003, autor: deputado Rafael Greca, que institui o combate à dendroclastia mediante a obrigatoriedade da instalação de cruzetas nos fios elétricos do perímetro urbano. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 360/2003, autor: deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a prescrição de medicamentos genéricos nos estabelecimentos do Sistema da Saúde Estadual e credenciados. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 370/2003, autor: deputado Jocelito Canto, que proíbe a discriminação aos portadores de epilepsia e seus familiares. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 428/2003, autor: deputado Rafael Greca, que dá continuidade ao Programa Violência Zero, impondo o perdimento de bens apreendidos em favor do Patrimônio Público Estadual. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 435/2003, autora: deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da Rede Pública Estadual de Educação.

Projeto de Lei nº 452/2003, autor: deputado Antonio Anibelli, que institui o Programa Alimentar Escolar diferenciado para os alunos diabéticos da Rede Estadual de Ensino. **Ambos anexos. Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 437/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que obriga as empresas de transportes públicos estaduais, nos dias de vacinação, conceder gratuidade de passagem ao menos e a pessoa que o esteja conduzindo ao local de vacinação. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 448/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que torna obrigatório, nos dias de eleições, para empresas concessionárias de transportes públicos estaduais conceder desconto de 50% nas tarifas. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 450/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Minha Primeira Bíblia nas escolas públicas estaduais. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 475/2003, autor: deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre o ICMS na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 478/2003, autor: deputado Artagão Júnior, que estabelece prazo para cumprimento de pedidos efetuados junto ao IAP. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 487/2003, autor: deputado Alexandre Curi, que torna obrigatório o fornecimento de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos em estabelecimentos centrais de compras e shopping centers. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 488/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que cria a Semana Estadual da Juventude. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 489/2003, autor: deputado Marcos Isfer, que concede a isenção aos oficiais da Justiça no pagamento de taxas, tarifas e preços públicos de estacionamento localizados nos bens públicos de uso comum do povo, pedágios, transportes coletivo, balsas e similares. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 493/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, que reserva aos municípios do litoral paranaense a realização de sorteios da modalidade denominada Bingo. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 500/2003, autor: deputado Durval Amaral, que altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962/84 para permitir que os Conselhos Escolares e as APM's regulamentem o uso do uniforme escolar na Rede Pública Estadual de Ensino. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 503/2003, autor deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 513/2003, autor deputado Nelson Tureck, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.899/2002, que declarou de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Manoel Medina Martins, com sede e foro no município de Rancho Alegre d'Oeste. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 233/2003, autor deputado Hermas Brandão, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo Plano de Aplicação da Lei nº 13.980/2002 (Centro Cultural da Lapa). **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 239/2003, autor Poder Executivo, que objetiva dar nova redação ao artigo 141, inciso VI da Lei Complementar nº 85/99 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná). **Relator: deputado Delegado Braddock, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 307/2003, autor deputado André Vargas e outros, que veda o plantio, a sementeira, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismos geneticamente modificados no Estado do Paraná. **Emendas de Plenário. Relator: deputado Antonio Anibelli, designado em 30.09.2003.**

Projeto de Lei nº 315/2003, autor Tribunal de Justiça, que cria cargos no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, à Secretaria do tribunal de Justiça. **Relator: deputado Hermes Fonseca, designado em 30.09.2003.**

Projeto de Lei nº 422/2003, autores deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, que altera a alínea "b" do inciso I, e acresce o inciso VII ao artigo 14 da Lei nº 11.580/96 (ICMS). **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 436/2003, autor deputado Mauro Moraes, que institui a meia entrada para professores do ensino público estadual em estabelecimentos que promovam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural. **Relator: deputado Delegado Braddock, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 457/2003, autor deputado Mauro Moraes, que institui o Programa de Participação dos Idos-

os em atividades educativas e laboriosas denominado Terceira Juventude. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 481/2003, autor deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Pirai do Sul. **Relator: deputado Delegado Braddock, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 483/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Cultura. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 486/2003, autor deputado Alexandre Curi, que torna obrigatórios o hasteamento da bandeira do Estado e a execução do Hino do Estado do Paraná nas escolas públicas do Estado. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 494/2003, autor deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder executivo a doar imóvel a APAE de Foz do Iguaçu. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 495/2003, autor deputado Elio Rusch, que regulamenta a situação dos professores e especialistas de educação da Rede Estadual de Ensino. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 502/2003, autor deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder executivo a doar imóvel a Prefeitura de Itapejara d'Oeste. **Relator: deputado Delegado Braddock, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 514/2003, autor deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Engenheiro Beltrão. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 527/2003, autor deputado Mauro Moraes, que autoriza o Poder Executivo a tornar critérios de desempate em concursos públicos e vestibulares, o fato de o concursado ser doador regular de sangue. **Relator: deputado Hermes Fonseca, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 528/2003, autor deputado Mauro Moraes, que obriga os estabelecimentos situados no território do Estado do Paraná que ofereçam ou possuam vagas, bem como os estacionamentos pagos, a ter seguro contra roubo, furto e acidentes, dos veículos que estejam sob sua guarda. **Relator: deputado Hermes Fonseca, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 529/2003, autor deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Especial de Demissão Voluntária para os professores estaduais vinculados à Secretaria de Estado da Educação. **Relator: deputado Hermes Fonseca, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 533/2003, autor deputado Luiz Nishimori, que especifica normas para a realização de festas ou eventos com cobrança de ingressos em todo o território do Paraná. **Relator: deputado Delegado Braddock, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 535/2003, autor: deputada Elza Correia, que altera para Centro de Educação Infantil Boa Esperança denominação da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 13.719/2002. **Relator deputado Doutor Luciano, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 539/2003, autor: deputado Nereu Moura, que municipaliza o trecho da Rodovia PR 471 que liga o município de Três Barras até o Rio Iguaçu. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 540/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a reserva de vagas para afro-descendentes em concursos públicos para provimento de cargos efetivos. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 543/2003, autor: deputado Vanderlei Iensen, que altera a Lei nº 8852/88 (proíbe fumar em recintos fechados). **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 548/2003, autor: deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a isenção de tarifas dos serviços públicos de energia elétrica e água para as Santas Casa de Misericórdia. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 549/2003, autor: deputado Fernando Ribas Carli, que concede passe livre no sistema de transporte coletivo intermunicipal aos policiais militares em serviço. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 553/2003, autor: deputado Reni Pereira, que altera a redação do inciso V do artigo 14 da Lei nº 11.280/95 (IPVA - deficientes). **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 555/2003, autor: deputado Tadeu Veneri, que estabelece a obrigatoriedade de respeito à cota mínima na contratação de empresas de vigilância

pelo Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 568/2003, autor: deputado Luiz Nishimori, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à senhora Tomi Nakagawa. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 573/2003, autor: deputado Fernando Ribas Carli, que obriga o governo do Estado a fornecer gratuitamente a Carteira Nacional de Habilitação a pessoas de baixa renda. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 575/2003, autor: deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Três Barras do Paraná. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 582/2003, autor: Poder Executivo, que cria o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado. **Relator deputado Hermes Fonseca, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Resolução nº 15/2003, autor: deputado Hermas Brandão, que aprova a realização de plebiscito para que a população do Estado do Paraná decida sobre a instalação de presídio de segurança máxima federal no nosso Estado. **Relator deputado Delegado Braddock, designado em 02.10.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 135/2003, autor: deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Ambiental, Cultural e Educacional, com sede e foro no município de Rolândia. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 162/2003, autor: deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Desportiva Independente, com sede e foro no município de São Mateus do Sul. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 324/2003, autor: deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a APMI de Sarandi, com sede e foro no município de Sarandi. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 328/2003, autor: deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a liga de Remo do Estado do Paraná, com sede e foro no município de

Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 546/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da estrada Piauí, com sede e foro no município de Formosa D'Oeste. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 551/2003, autor: deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação Agropecuária Transparaná, com sede e foro no município de Ortigueira. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 557/2003, autor: deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Casa Padre Darnardo Reck, com sede e foro no município de Santa Isabel do Ivaí. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 558/2003, autor: deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Creche

Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 559/2003, autor: deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Provopar, com sede no município de Floresta e foro no município de Ubiratã. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 563/2003, autor: deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Escola de Desenvolvimento Humano, com sede e foro no município de Apucarana. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 578/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Professores e Alunos do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Goioerê, com sede e foro no município de Goioerê. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 02.10.2003.**